

# PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV  
GVces

NÚMERO 34  
SETEMBRO 2009  
R\$ 15,00



## Economia verde Quem está preparado?

**ACHIM STEINER:** ambiente impõe mudanças inevitáveis aos negócios, diz diretor do PNUMA

**SETOR PRIVADO:** iniciativas isoladas evidenciam a falta de uma articulação política nacional

**EMPREENDEDORES:** pequenos ganham força com a urgência climática

ENTREI NO  
REALMASTER

As duas melhores ideias  
em cheque especial agora juntas.

10 dias  
sem juros  
por mês + Parcelamento  
do saldo devedor  
pela metade  
dos juros do  
cheque especial

## Novo Santander Master e Realmaster ainda melhor.

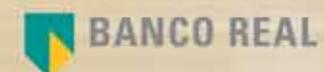
A gente sabe que ninguém entra no cheque especial porque quer. Por isso, inovamos para você ter um cheque especial de verdade. Duas grandes ideias agora num único produto. Quando a gente disse que ia juntar o melhor de cada banco para fazer o melhor banco no País, era disso que a gente estava falando.

Junte-se a nós. Procure uma de nossas agências e consulte as condições de contratação com nossos gerentes.  
[www.gruposantanderbrasil.com.br](http://www.gruposantanderbrasil.com.br)

Sujeito à análise de crédito à época da contratação.

Isabel Tornaghi, Cliente Real, e sua aluna.  
Usou o Realmaster para comprar  
mais livros e melhorar suas aulas.

Valorizando ideias por uma vida melhor.



POSSO PARCELAR  
O REALMASTER  
PELA METADE  
DOS JUROS

## PÁGINA22, agora multimídia

**I**nterconexão, interdependência: está na ideia de rede o conceito chave dos novos tempos. À luz e semelhança dos ecossistemas, é estratégica a reorganização da sociedade e da economia com base no entendimento de que tudo e todos estão interligados.

PÁGINA22 acredita que uma sociedade mais justa, em equilíbrio com o ambiente e que proporciona vida de qualidade para todos somente poderá ser construída em conjunto, com o maior envolvimento possível de participantes que também acreditam nessa causa.

Por isso, ao completar três anos de vida, a revista se reposiciona. Primeiro, ao lançar uma plataforma multimídia, pela qual o conteúdo impresso e digital fundem-se em um nova maneira de comunicar e disseminar essa mensagem: com maior interação e colaboração do público, maior proximidade, maior alcance. Em [www.fgv.br/ces/pagina22](http://www.fgv.br/ces/pagina22), a ideia da rede *web* casa perfeitamente com o conceito da sustentabilidade.

Em segundo lugar, abre espaço exclusivo para que pequenos e médios empreendedores, de perfil diversificado e inovador, possam anunciar seus produtos e serviços. Juntamente com os grandes *players*, são atores fundamentais para formar uma rede capaz de responder a um cenário inevitável de transformações. Aquele que pede uma economia de baixo carbono, de produção limpa, de mínima depleção de recursos naturais e de inclusão social – temas que a PÁGINA22, também fruto desse empreendedorismo para a sustentabilidade, tem o maior prazer de abordar nesta edição comemorativa.

Boa leitura

# PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni  
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman  
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini  
EDITORA Amália Safatle  
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE  
Dora Dias (editora de arte), Dandara Garcia, Marcelo Capeta,  
Tamali Reda (designers)  
[www.vendodesign.com.br](http://www.vendodesign.com.br)  
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi  
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro  
ILUSTRADOR José Vicente da Veiga  
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo, Eduardo Shor,  
Flavia Pardini, José Alberto Gonçalves, Ignacy Sachs, Luciano Munhoz,  
Rachel Biderman, Tatiana Achcar

ENSAIO FOTOGRÁFICO Bruno Bernardi, Fernando Rockert  
e Jean Paul Ganem

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)  
MARKETING E PUBLICIDADE

SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415  
e Monica Carboni (11) 8104-1632  
RIO: Ricardo Lutrigardes (21) 9217-3931

BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305

MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854  
PORTO ALEGRE: Roberto Gianoni (51) 3388-7712  
NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / [redacao@pagina22.com.br](mailto:redacao@pagina22.com.br)  
[www.fgv.br/ces/pagina22](http://www.fgv.br/ces/pagina22)

IMPRESSÃO Posigraf

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

CONSELHO EDITORIAL

Aron Belinky, Cynthia Rosenberg, José Carlos Barbieri,  
José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,  
Ricardo Guimarães, Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores  
expressam a visão de seus autores, não representando,  
necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução  
do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares



**Fontes Mistas**  
Grupo de produtos proveniente de florestas  
bem manejadas e fontes controladas  
[www.fsc.org](http://www.fsc.org) Cert no. SW-COC-0824/1  
© 1996 Forest Stewardship Council

A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE  
DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS  
PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

CAPA: ILUSTRAÇÃO DE DORA DIAS

# 26



# 32



# 22



Notas	<b>6</b>	
Entrevista	<b>10</b>	Com ou sem crise financeira, a realidade ambiental impõe a transformação da economia, diz Achim Steiner, do Pnuma
Economia Verde	<b>16</b>	Ainda que tardiamente, o setor privado brasileiro dá sinais de que acordou para o tema. Iniciativas isoladas evidenciam a falta de uma articulação política nacional
Empreendedorismo	<b>22</b>	A urgência climática e o debate sobre negócios inclusivos dão força aos pequenos empresários da sustentabilidade
Amazônia	<b>26</b>	Na pecuária, novo alvo do combate ao desmatamento, não basta monitorar as propriedades rurais. Precisa rastrear o boi
Radar	<b>30</b>	
Análise	<b>31</b>	
Retrato	<b>32</b>	Uma favela é reinterpretada em formas e cores, em projeto urbano de inclusão social que propõe o convívio entre diferentes
Soluções Locais	<b>38</b>	Dos EUA à Nova Zelândia, pequenas iniciativas afinadas com a consciência global dão resultado em seus círculos
Lixo	<b>42</b>	Quando, além de navegar e descartar, viver também é preciso
Especial Clima	<b>44</b>	Brasil e China sinalizam com propostas objetivas de redução de emissões
Coluna	<b>48</b>	
Última	<b>50</b>	

EUA I

## Princípio do fim ou fim do princípio?

Para analistas em Wall Street, fatos como a volta dos lucros nas instituições financeiras e da alta no mercado de ações indicam o princípio do fim da crise detonada no ano passado com o estouro da bolha no mercado imobiliário. Mas na chamada Main Street – a economia dos trabalhadores e proprietários de pequenos negócios – há indícios de que, passada ou não a crise, nem tudo acabou bem. Em maio, pelo sexto mês consecutivo, o número de americanos que receberam ajuda do governo para comprar alimentos – ou *food stamps* – foi recorde: 34,4 milhões de pessoas. Em média, cada requerente recebeu US\$ 133,65, segundo o Departamento de Agricultura. Desde agosto de 2008, mais de 10% da população americana contam com *food stamps*

mensalmente para comprar comida.

Segundo o Economic Policy Institute, que pesquisa as condições econômicas das classes menos favorecidas, o número de pessoas sem emprego há mais de seis meses bateu recorde histórico em julho e atingiu 5 milhões, ou 3,2% da População Economicamente Ativa. Embora o ritmo de demissões tenha diminuído – a taxa de desemprego caiu para 9,4% em julho depois de bater em 9,5% em junho –, está difícil para os americanos desempregados encontrar trabalho. – por Flavia Pardini

EUA II

## Tonelada valiosa

Criar empregos, ou ao menos evitar que desapareçam, é um dos objetivos do programa Cash for Clunkers, criado pelo governo americano para incentivar a troca de carros antigos e pouco eficientes por modelos novos. Iniciado em 27 de julho, o programa foi um sucesso e consumiu seu orçamento em menos de um mês. Segundo o Conselho de Assessores Econômicos da

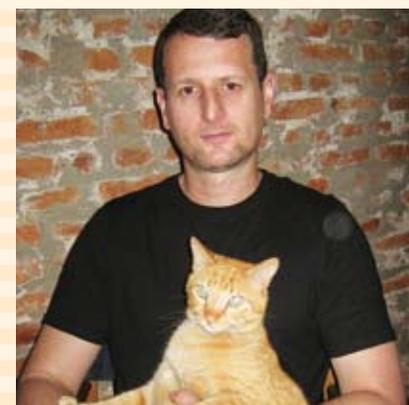
Casa Branca, os resultados serão um impulso à atividade econômica e a criação ou manutenção de 42 mil empregos.

O programa retirou 700 mil carros velhos das ruas e concedeu US\$ 2,887 bilhões em incentivos para a compra de veículos mais eficientes – os mais procurados foram modelos da Ford, Toyota e Honda. “Além disso, o programa traz boas notícias para o meio ambiente”, disse o Departamento de Transportes em *press release*, citando uma melhora de 58% na *performance* média dos veículos adquiridos (24,9 milhas por galão de gasolina) em relação aos substituídos (15,8 mpg).

Mas, segundo Christopher Knittel, economista da Universidade da Califórnia em Davis, o programa foi uma maneira cara de retirar CO<sub>2</sub> da atmosfera. Usando estimativas sobre a *performance*, tempo de uso dos veículos substituídos e adquiridos e o valor do incentivo dado pelo governo, Knittel calculou que, na melhor das hipóteses, o governo pagou US\$ 237 por tonelada de CO<sub>2</sub> não emitida – o preço no mercado europeu está em cerca de US\$ 20. “Até assumi que os motoristas não vão

### 3 FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA 22

Oswaldo Gonçalves Junior está na reta final do seu doutorado. Nos últimos dois anos, passou meses entre os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e da Paraíba, o Semiárido brasileiro onde para o senso comum nada brota e o clima torna a vida mais difícil. Pesquisando experiências de caprinovinocultura em diversas cidades da



região, Oswaldo observou iniciativas de desenvolvimento local transformadoras e distantes da antiga ideologia do combate à seca, em que o caminho-pipa virava o mecanismo eleitoral eficiente.

Na longínqua Mossoró (RN), Seu Neto vivia de bicos com a família, quando ganhou um lote de terra em assentamento do Incra. Frequentou o programa municipal de estímulo à caprinovinocultura e seguiu à risca as orientações dos técnicos, dando corpo à criação de cabras. Hoje tem ao menos 200 animais, vários hectares de milho, eletrodomésticos, uma moto e uma vida digna exatamente no lugar onde nasceu.

Experiências como a do Seu Neto mudaram as visões de Oswaldo. “O que me surpreendeu foi nossa percepção de Sudeste ainda distorcida sobre o que acontece lá e a qualidade das instituições,

técnicos e até prefeitos de cidades muito pequenas, com visão progressista e sustentável.”

O objeto dos estudos de Oswaldo é o desenvolvimento. E, para ele, ainda não há solução que não implique as políticas públicas, ainda que tenham sido buriladas por especialistas fora dos governos. Quem impulsiona casos como o de Seu Neto, por exemplo, é o Programa do Leite do Estado do Rio Grande do Norte. O preço pago pelo litro do leite de cabra é R\$ 1,20 – este valor mais a certeza da compra da produção são essenciais aos pequenos produtores.

Oswaldo espera voltar para rever os amigos do Semiárido logo que terminar a pesquisa do doutorado pela Fundação Getúlio Vargas. Mostrar suas contribuições para o tema, em parte, como troca justa pelos meses de observação e, por que não, encantamento.

SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR DESTA SEÇÃO, ESCREVA PARA REDACAO@PAGINA22.COM.BR E CONTE UM POUCO SOBRE VOCÊ E SEUS PROJETOS. PARA SE COMUNICAR COM OSWALDO GONÇALVES JUNIOR, ESCREVA PARA OS60JU@YAHOO.COM.BR.

“Para dizer a verdade, eu nunca tinha entrado numa cozinha antes do Programa Nutrir.

Aqui eu aprendi a preparar receitas e a evitar o desperdício. Agora, ensino tudo o que sei para as crianças, e elas aprendem brincando a ter uma alimentação saudável.

Para minha família, eu fiz uma horta em casa.

O que plantamos vai direto para a mesa. Ser voluntário do Programa Nutrir vai ficar marcado para sempre na minha vida.”

Weverton, Caçapava, SP  
Jovem atendido pelo Nutrir

O Programa Nutrir da Nestlé completa 10 anos de trabalho voltado para o combate à desnutrição e à obesidade em comunidades de baixa renda do país. Conheça mais sobre essa iniciativa que já capacitou 11 mil educadores e beneficiou 1,2 milhão de crianças. [www.nestle.com.br/nutrir](http://www.nestle.com.br/nutrir)

 **Nestlé**  
Good Food, Good Life



mudar seus hábitos, embora alguns analistas sugiram que proprietários de carros novos dirigem mais do que se tivessem mantido seus carros velhos”, disse. [FP]

## SERVIÇOS

### Carro pra quê?

Quantos motoristas você conhece que usam o carro para percorrer distâncias bem curtas? Ou que poderiam andar de metrô, em vez de tirar o automóvel da garagem? Permitir uma reavaliação da necessidade de usar o veículo é uma das propostas do serviço de *carsharing*, o carro compartilhado, oferecido desde julho, em São Paulo, pela empresa Zazcar ([www.zazcar.com.br](http://www.zazcar.com.br)).

O *carsharing* consiste na utilização do

automóvel por demanda. O cliente tem um carro à disposição sempre que precisar, e só paga pelo tempo usado. Ele faz a reserva do automóvel por meio de uma central ou pela internet, comparece a um dos postos da empresa para retirá-lo e pode sair dirigindo pela cidade.

De acordo com Felipe Barroso, diretor da Zazcar, “um carro compartilhado atende a várias pessoas por dia e pode tirar de 6 a 20 veículos das ruas”. Os números têm por base um estudo do Transportation Research Board of National Academies, uma das divisões do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos.

“Pesquisas realizadas com usuários do sistema de *carsharing* analisaram quantas pessoas vendiam seus carros após começarem a usar o serviço, quantas vendiam um dos carros da família e as que adiaram ou desistiram de comprar um novo

automóvel”, explica Barroso.

O cliente que compartilha o automóvel escolhe um plano de pagamento mensal, que lhe dá direito a determinadas horas de uso. Não precisa se preocupar com apólices de seguro, manutenção ou compra de combustível. Está tudo incluído no preço. “Ao transformar custos fixos da propriedade de um carro em custos variáveis, o *carsharing* possibilita ao motorista refletir sobre o uso do próprio carro. E com isso tende a escolher o meio de transporte ótimo para cada ocasião. Se eu posso caminhar para tomar um sorvete perto de casa, por que vou pagar para usar o carro?”, exemplifica.

Segundo o Transportation Research Board, essa lógica possibilitou, nos EUA, redução de 40% na quilometragem média percorrida pelos usuários dos serviços de *carsharing*. – por Eduardo Shor

## ENTREVISTA MARCO CAPELLINI

### Em busca do afeto perdido

Da indústria automotiva ao ramo de decoração, o ecodesigner italiano Marco Capellini trabalha para medir a sustentabilidade dos processos industriais e introduzir matérias-primas e/ou comportamentos que transformem o significado daquele produto para o consumidor. Capellini acha que o design sustentável só tem sentido quando devolve a afetividade perdida no ato de comprar. Por isso, processos sustentáveis devem gerar produtos com identidade e uma mensagem clara sobre o valor ambiental embutido. A seguir, trechos da entrevista concedida pouco antes de sua participação no projeto *Diálogo Sustentável Brasil-Itália*, em São Paulo.

**Em que etapa estamos no tema design e sustentabilidade?** Não gosto de fazer classificações, cada país, cada pessoa tem sua estratégia e identidade. Vejo muita criatividade e originalidade no design sul-americano. É preciso desenvolver uma estratégia local e intercambiar tecnologia sustentável entre os países. Nós gostaríamos de trocar *know-how* e tecnologia com o Brasil.

**Produtos orgânicos são mais caros que os não sustentáveis, por falta de escala e outros fatores. Isso acontece com o design?**

“Design” é uma palavra ampla e abrange vários setores. O que há de comum entre eles é esse movimento na busca de componentes, matérias-primas, processos sustentáveis. Quando o preço do petróleo sobe, aumenta o preço do plástico reciclado e isso desequilibra o mercado. No Brasil, vocês consomem muito mais produtos orgânicos

que na Itália. Importar seus produtos orgânicos é caríssimo para nós. Por isso, cada estratégia deve estar ligada aos recursos do território. E nós estamos trabalhando, principalmente, na introdução de matérias-primas recicláveis. Por essa razão, é importante o intercâmbio entre os países para valorizar o que cada um tem, nós como país mais industrializado e vocês cheios de recursos naturais. A Comunidade Europeia está continuamente adotando regulamentações que vão controlar a qualidade ambiental dos produtos. As empresas cada vez mais têm de se adaptar, caso contrário não podem vender seus produtos. Estamos na fase da transformação, que chamo de revolução ambiental. Dentro de pouco tempo, o aspecto ambiental será intrínseco ao produto.

**Setores ligados ao design, como a moda, têm feito ações de neutralização de carbono em eventos, reciclagem de produtos. Mas o consumismo que pregam – a cada estação tudo deve ser descartado para o consumo do novo – não é incoerente?** Há 20, 30 anos, quando se comprava um produto, era criado um vínculo afetivo com ele, e hoje trocamos de celular, de computador, de roupa a todo momento. Por isso, minha lição principal aqui é a identidade do produto e a responsabilidade que cada um tem por sua compra. Com a crise financeira, na Itália, reduzimos o consumo de objetos em 10% e ninguém morreu, continuamos a comer, a ir ao estádio, a assistir à TV. Quando você compra um livro, não é pela capa ou pelas páginas de papel, mas pela história. Você quer ficar emocionado. Através do valor social e ambiental de um produto, podemos ser responsáveis na compra. Pois é isso que os produtos precisam ter: uma história, um novo significado. – por Ana Cristina D'Angelo



# BioFach América Latina

Development of Organic Markets  
Desenvolvimento de Mercados Orgânicos  
Desarrollo de los Mercados Orgánicos

2009  
Outubro 28 – 30  
São Paulo, Brazil  
Transamerica Expo Center

Anote a data!

Junto com a



## A feira de produtos orgânicos mais importante da América Latina!

O setor orgânico na América Latina está ocupando novos mercados como redes de restaurantes, hotéis e catering. Supermercados e lojas especializadas estão aumentando as áreas de produtos orgânicos, respondendo a demanda dos consumidores por qualidade e saúde.

[www.biofach-americalatina.com](http://www.biofach-americalatina.com)



Com o apoio de



International Federation of  
Organic Agriculture Movements

Organizadores



NÜRNBERG MESSE

## Inevitável amanhã

**E**m muitos casos, a crise financeira acelerou mudanças na direção da chamada economia do amanhã. Em tantos outros, freou-as. No balanço disso tudo, uma certeza: com crise ou sem ela, a nova realidade ambiental impõe a transformação econômica, e a questão agora é como aproveitar essa grande oportunidade. Não vivemos somente um pico da produção de petróleo, mas de tudo: água, alimentos, restrições crescentes à emissão de carbono. Nesta avaliação global, feita à PÁGINA22, o diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, considera que o Brasil tem se movido lentamente. Mas uma das forças capazes de acelerar esse ritmo vem do setor privado. Lotado em Nairóbi, no Quênia, Steiner esteve no País a convite do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e também em consultas para a realização da conferência Rio+20, em 2012. Ele acredita que as companhias brasileiras começarão a se preocupar com o fato de que o País não tem criado as condições para transformar sua economia, pois sentirão no mercado internacional os prejuízos desse atraso. A outra força, vinda das políticas governamentais, é poderosíssima. Por meio de subsídios e incentivos aplicados no lugar certo, o amanhã pode chegar antes do que se imagina.



**Quando assumiu a direção do Pnuma, o senhor fez um apelo para que as nações pusessem o meio ambiente no centro das políticas econômicas. A crise financeira e econômica foi um fator de mudança nesta direção? Que balanço faz desse movimento hoje?** Qual o efeito da crise econômica na agenda ambiental? Há duas dimensões. De um lado, permite a algumas pessoas defenderem que em momentos de crise não temos tempo ou recursos para nos preocupar com aquecimento global, desmatamento ou seca. De outro lado, vimos o oposto disso, e alguns pacotes de estímulo financeiro incluem grandes investimentos públicos em energia renovável, eficiência energética, transporte público e até restauração ecológica. Na Coreia do Sul, por exemplo, 1% do Produto Nacional Bruto foi destinado a um *new green deal*. Nos EUA, no Japão e na Europa, há bilhões de dólares alocados em projetos que há dois anos estariam lutando para receber financiamento público. O que se tem deixado de lado nessa discussão, entretanto, é que estamos em um momento de transformação econômica movida pelas realidades ambientais. Não vivemos em um momento de pico apenas na produção de petróleo, estamos entrando em uma era em que tudo está atingindo o pico. Enfrentamos uma crise de água. Já há perspectiva de falta de alimentos. Estamos perdendo solos aráveis no mundo todo, assim como florestas e ecossistemas. Destruímos 50% das nossas áreas alagadas e pântanos nos últimos 100 anos. Significa que, com 9 bilhões de pessoas em 2050, temos que reinventar nossa economia. Podemos aumentar os padrões de vida, mas não com o modelo atual de consumo e produção. Por isso acho que a crise financeira se tornou a grande oportunidade para investir na economia de amanhã, uma economia mais eficiente em termos de recursos, menos poluidora, de baixa emissão de carbono e com novos modos de produção para energia, agricultura. É por isso que consideramos o Green New Deal parte da resposta à crise.

**No Brasil, ouviu-se muito discurso nesse sentido, mas não se viram grandes mudanças com a crise.** É interessante, porque algumas economias em desenvolvimento, emergentes, como a China, têm se movimentado muito rápido. Acho que o Brasil, até certo ponto, já avaliava algumas das opções. Por exemplo, investiu significativamente na economia do etanol, no manejo da Floresta Amazônica. O que talvez surpreenda é que – dada a natureza da economia global, em que a mudança é muito rápida – o Brasil não tenha adotado uma abordagem mais explícita e deliberada de explorar quais são as oportunidades para seus setores de exportação, serviços ou manufatura nesta economia verde de amanhã. Ela é definitivamente uma realidade, caso contrário não estaríamos vendo os EUA e a China investindo um total de mais de US\$ 150 bilhões em alguns desses setores e tecnologias. Espero que o ritmo aumente no Brasil, porque, no

fim das contas, o setor empresarial vai começar a se preocupar com o fato de que o País não está criando as condições para transformar sua economia, o que faz com que as empresas sofram no mercado internacional.

**Ou seja, o setor privado é que deve puxar a mudança?** Há um tipo de empreendedor que não gosta de distúrbios, portanto, opõe-se a mudanças, porque elas prejudicam um modelo de investimento que levou a decisões tomadas talvez há dez anos. Há também os empreendedores com novas ideias, novos produtos, novas tecnologias – que querem entrar no mercado, mas precisam que lhes seja dada uma oportunidade. E há ainda a influência das empresas multinacionais, que, em alguns casos, podem puxar a renovação. Para empresas globais de eletrônicos como a Philips ou a Siemens, os segmentos de tecnologia verde são os que mais crescem. Elas vão olhar para mercados como o Brasil em termos das oportunidades para trazer essas novas tecnologias para cá. Acho que o setor privado pode ser um freio para a inovação, mas também se tornar um motivo para inovar. Particularmente para as empresas brasileiras que estão cada vez mais buscando o mercado global, a eficiência ambiental e de recursos claramente será uma grande vantagem competitiva.

“A economia verde é uma realidade, senão os EUA e a China não estariam investindo mais de US\$ 150 bilhões nisso”

**Mas, sem a participação efetiva do governo, por meio de políticas públicas, é possível que isso ocorra de forma consistente?** Uma das coisas que se perderam com esta crise financeira foi a ideia nascida com o Consenso de Washington de que, quanto menos governo, melhor. Para mim, isso sempre foi uma afirmação ideológica para tentar corrigir o que aconteceu durante uma era em que a intervenção do governo talvez tenha sido demasiada. Mas o fato é que os mercados sempre foram estruturados

por escolhas públicas. Os governos sempre tiveram papel em influenciar a evolução dos mercados e, nesse sentido, vemos as políticas públicas como essenciais para traçar um caminho econômico, incluindo as escolhas tecnológicas. Por exemplo, se taxamos coisas ruins como poluição e lixo, estamos encorajando o desenvolvimento de tecnologias e sistemas de produção mais limpos. Nos últimos anos, o exemplo mais poderoso de uma intervenção muito simples, mas efetiva, foi a criação da tarifa *feed-in* no mercado de energia em mais de 60 países.

**O que é tarifa *feed-in*?** Antes, apenas os grandes produtores podiam produzir energia. Agora, você e eu podemos colocar um painel solar no telhado nas nossas casas e a lei permite que vendamos a eletricidade gerada para as empresas elétricas. A tarifa *feed-in* permitiu que a Dinamarca se tornasse, por exemplo, uma grande economia de energia renovável. O PIB dinamarquês cresceu cerca de 75%, nos últimos 20 anos, sem aumentar o consumo de energia por causa da ênfase na eficiência energética e fontes

renováveis. Na Alemanha, a lei foi criada há cerca de oito anos e transformou o país no maior produtor de energia eólica do mundo. O Quênia criou uma lei para a tarifa *feed-in* em janeiro e, em julho, havia um acordo preliminar, com investidores privados e financiamento público, para construir a maior usina eólica da África, com capacidade para 350 megawatts. A China está expandindo pesadamente suas fontes renováveis, não só a eólica, mas também a solar. Este é apenas um exemplo de como a política pública ajuda a moldar os mercados. Outro é corrigir os subsídios governamentais. Ainda gastamos US\$ 300 bilhões por ano com subsídios aos combustíveis fósseis. É muito dinheiro para se gastar com algo que está criando o problema (*do aquecimento global*). Em muitos países em desenvolvimento também, onde os preços de mercado (*dos combustíveis fósseis*) são artificialmente baixos – o argumento usado é que temos que proteger os pobres. Mas esta não é uma maneira muito eficiente de protegê-los, porque os pobres não dirigem os Toyota ou Land Rover. Em Bangladesh, o Grameen Bank deu microcrédito para as mulheres pobres para que instalassem painéis fotovoltaicos em seus barracos e vendessem a energia extra para seus vizinhos pelo preço do querosene. Lá, o querosene não é subsidiado, então o esquema funciona, porque você pode produzir energia barata com seu painel fotovoltaico. Na Índia, o querosene é subsidiado e, portanto, é muito mais difícil trazer energia renovável para as vilas, porque o querosene é muito barato. Este é um bom exemplo de como o governo e as políticas públicas podem influenciar desde uma residência até todo o setor de energia.

**Com base nestes exemplos do setor de energia e de microcrédito, pode-se dizer que a descentralização é conceito-chave para a *green economy*?** Sim. O modelo que centraliza a infraestrutura econômica é algumas vezes inevitável. Não faz sentido construir dez pequenas pontes em vez de uma só, porque não haverá financiamento para tanto. Mas, no setor de energia, o modelo descentralizado é muito mais eficiente, porque permite fazer escolhas tecnológicas que não dependem de um modelo de negócio corporativo que é intensivo em capital e tem um longo período para gerar retorno. Ao longo dos últimos 100 anos, o setor de energia tornou-se mais e mais centralizado – na Europa, quatro ou cinco empresas controlam grande parte da produção de energia. Mas é possível caminhar em outra direção. Na agricultura temos o mesmo – frequentemente se diz que é preciso ter fazendas grandes, mecanizadas, para produzir alimento para o mundo. No entanto o melhor retorno sobre investimento em termos de produção de alimentos está na produção sustentável em pequena escala – e é preciso criar uma estrutura diferente de incentivos.

**E quanto à agricultura orgânica?** Pesquisamos 120 projetos diferentes de agricultura orgânica na África. Ao contrário de todas

as premissas, essas fazendas conseguiram aumentar sua produtividade entre 70% e 100% ao introduzir métodos orgânicos. Isso mostra que a irrigação e o uso de fertilizantes e de sementes híbridas não são a única maneira de aumentar a produtividade. A vantagem da fazenda orgânica é que ela depende muito menos de empréstimos para comprar insumos. Além disso, o aumento da fertilidade nessas fazendas melhora as condições hidrológicas e leva à contratação de empregados locais.

**Há indícios de que o pior da crise econômica teria passado. Que balanço se pode fazer da economia verde, da criação de *green jobs*, do desenvolvimento de tecnologias limpas durante o último ano? Aconteceu em alguma medida ou a recuperação se deu totalmente em bases não verdes?** O perigo está em sair dessa crise e voltar ao mesmo modelo que tínhamos antes. É irônico que alguns bancos estejam anunciando lucro de US\$ 2 bilhões ou US\$ 3 bilhões, quando ainda estamos endividados em centenas de bilhões de dólares para salvar os bancos. A crise econômica e financeira é uma oportunidade única para repensar as prioridades dos investimentos públicos e privados para transformar nossa economia. Muitas economias vão seguir esse caminho porque, mesmo que não se preocupem com o meio ambiente, se é possível produzir

“Gastamos muito dinheiro ao subsidiar algo que está causando o problema (a energia fóssil)”

o mesmo quilowatt/hora de eletricidade por menos dinheiro e com menos recursos, elas o farão de qualquer maneira. A eficiência é um grande motor da economia verde. Em segundo lugar, a competitividade pede que você seja capaz de oferecer produtos para uma economia de baixo carbono. Vamos caminhar em direção a uma economia de baixo carbono – seja pela via de Copenhague, seja por outra qualquer, o mundo vai pôr um limite nas emissões de

carbono. O Green New Deal que as Nações Unidas propuseram revela que empregos podem ser criados rapidamente com os pacotes de estímulo, particularmente no campo da eficiência energética e do transporte sustentável. Estamos publicando um relatório que mostra que os pacotes de estímulo são três ou quatro vezes mais eficientes em criar empregos em uma economia verde do que uma diminuição nos impostos – este é um resultado muito importante. As pessoas sempre dizem “corte os impostos, alimente o consumo e a economia se recuperará”, mas investir nestes setores é uma maneira muito mais eficaz de criar e manter empregos. O Green New Deal é uma combinação de medidas estabilizadoras de curto prazo com outras para geração de empregos e de demanda, e também de investimento de longo prazo na transformação econômica e tecnológica.

**O Brasil tem um discurso forte nas negociações do clima quanto à transferência de tecnologia e de recursos financeiros como parte de um pacote maior, o que dificulta o avanço do entendimento. Embora os acordos internacionais digam que os países desenvolvidos têm a responsabilidade de transferir tecnologia para os em**

**desenvolvimento, isso não acontece na escala esperada, porque ninguém vai dar dinheiro ou tecnologia para o outro de graça. Como o senhor vê isso? Nunca haverá avanços ou uma solução?** No fim, haverá avanços porque a perspectiva de que o aquecimento global vai continuar de forma descontrolada é simplesmente inaceitável. Perdemos dez anos porque os EUA não queriam juntar-se ao processo de Kyoto. Meu primeiro ponto é que nenhum país deveria deixar o pensamento sobre o futuro de sua economia se tornar refém de um processo internacional de negociação. Um país como o Brasil – assim como Coreia e China – deveria olhar para a economia verde como uma oportunidade positiva, independente das negociações sobre a mudança climática. Trata-se de estratégia nacional para o desenvolvimento. E depois disso, pensar como uma convenção internacional sobre o clima pode ser moldada de modo a ajudar um país como o Brasil a acelerar sua transição para uma economia mais verde e de baixo carbono. Acho que países como o Brasil e o G-77 têm razão ao defender que haja um investimento financeiro significativo na parceria Norte-Sul em relação à mudança climática. Um acordo em Copenhague que não traga um compromisso financeiro significativo não vai ter credibilidade, porque não terá tido sucesso. A Convenção do Clima oferece uma oportunidade única para que aqueles que contribuíram muito para as emissões de carbono na atmosfera encontrem uma forma de parceria com aqueles que estão começando a ser os maiores emissores do mundo: os países em desenvolvimento. Apesar de que, nas negociações do fundo para apoio tecnológico, as coisas estão acontecendo tão rápido que não tenho certeza de que este ainda seja um grande obstáculo. Há empresas do Sul comprando propriedade intelectual e integrando sua tecnologia renovável e obtendo muito sucesso no mercado. De qualquer forma, a Convenção é a promessa para um acordo justo que permita uma parceria entre Norte e Sul para reduzir emissões. As estimativas variam, mas acho razoável falar em US\$ 100 bilhões por ano para facilitar essa transformação, e tecnologicamente é totalmente possível fazê-la.

**No tema da criação de empregos e de uma economia verde, o senhor acredita que há no Brasil certa acomodação pelo fato de termos o etanol e a hidreletricidade? Ou seja, o pensamento de que já somos uma economia verde, porque a maior parte da nossa energia é renovável?** Há dois problemas aqui. Um, é que é difícil definir um emprego verde e, depois, quando se pode dizer que uma economia é verde? Podemos gastar muito tempo e esforço buscando uma definição matemática de um emprego verde, talvez um dia precisemos dela, quando formos taxar e certificar esses empregos. Neste momento, trata-se de promover os setores que mais provavelmente vão reduzir nossa poluição, reduzir o consumo de recursos e produzir empregos, assim como as tecnologias e

produtos que nos permitirão ser bem-sucedidos nos mercados nacional e internacional sem exacerbar nossos problemas ambientais. Acho que a economia da reciclagem é uma das que cresceram mais rápido. Por ser um setor informal nos países em desenvolvimento, frequentemente é ignorada. Todavia, na verdade, os pobres estão entres os que mais eficientemente reciclam no mercado ultimamente. Uma das tragédias dessa crise econômica é que o preço dos produtos reciclados colapsou, e centenas de milhares das pessoas mais pobres do mundo que construíram seus empregos em torno de coletar e reciclar foram jogadas em uma crise real. Esta é uma das tragédias invisíveis desta crise financeira. Mas vamos nos recuperar no tempo certo. Esses empregos não são necessariamente o que chamamos de emprego decente, mas inicialmente são parte dos “setores verdes” em que podemos fazer grandes progressos. Depois, há os empregos nos setores de recursos naturais. Pode-se dizer que a economia dos biocombustíveis é um setor de empregos verdes, se este for um emprego decente, uma vez que as condições de remuneração não são adequadas. Porém, nos setores de energia renovável, de transporte público, de tecnologia híbrida, como o carro elétrico, há empregos reais sendo criados.

No último levantamento que fizemos, descobrimos que já há mais pessoas empregadas ao redor do mundo no setor de tecnologia para energias limpas do que nos setores de petróleo e gás juntos. São mais de 2,3 milhões de pessoas. Este é um bom exemplo de quão rápido esses setores se desenvolveram. Agora, quando uma economia é verde? Deveria haver um padrão absoluto: ser “zero” em termos de depreciação de seus recursos naturais e de poluição. Mas há economias que tiveram a oportunidade de ser mais verdes e sustentáveis em um estágio anterior. O Brasil tem sorte e também investiu deliberadamente em energia renovável, ou um *mix* de tecnologias limpas, e agora está se beneficiando disso. No entanto, se você estiver no congestionamento de São Paulo hoje, não precisa de muita imaginação para se perguntar: “Isso é o melhor que nossa civilização no século XXI pode fazer?” É o mesmo problema em Nairóbi e até em uma cidade que só passou a existir há 25 anos, Dubai. Antes da crise financeira, levavam-se duas horas para atravessar Dubai. Nosso conceito de desenvolvimento urbano ou de transporte urbano em um mundo em que a maioria da população agora vive em favelas é incrivelmente antiquado e as pessoas gastam de duas a três horas de trabalho por dia em congestionamentos, respirando fumaça. Mas, no fim das contas, o que acho que vai definir uma economia verde é, primeiro, a capacidade de manter sua infraestrutura ecológica – se perde florestas, bacias hidrográficas, áreas alagadas, lagos, terras aráveis, essa economia se torna mais pobre. Quanto menos um país exaure seu capital natural, mais verde sua economia se torna. E também quanto mais limpa for a produção, ou seja, quanto menos poluição for lançada à atmosfera, ao solo, ao ciclo hidrológico.

“ Há mais pessoas empregadas no setor de energia limpa do que nos de petróleo e gás juntos ”

Nessa linha, acho que nos próximos cinco anos todo o conceito de contabilidade econômica e de contabilidade do PIB vai mudar. O conceito de contabilidade verde nas contas nacionais vai avançar rapidamente, porque a exaustão do capital natural e o aumento da poluição geram custos econômicos que precisam ser contabilizados. Até mesmo no elemento crucial para definir uma economia verde, que são as contas nacionais, estamos vendo muito trabalho sendo feito.

**Qual sua opinião sobre o projeto de mudança climática aprovado pela Câmara dos EUA? Que avanços trouxe?** Temos de ser muito gratos ao presidente Obama pela liderança em mudar em 180 graus o papel dos EUA, primeiro, ao reconhecer a mudança climática e, em segundo lugar, ao buscar formas pelas quais o país pode desempenhar um papel positivo nacional e internacionalmente. O dilema do governo Obama é que uma redução razoável nas emissões demandaria uma transformação econômica extremamente desafiadora nos setores de energia, transporte e construção. Como sabemos, o sistema político americano é um processo muito complexo de negociação com muitos interesses diferentes, e o projeto que está em apreciação no Congresso reflete muitos acordos. Do ponto de vista da ambição de estabilizar as emissões em níveis baixos até 2015 – que é o que o IPCC defende –, se a América reduzir suas emissões em apenas 4% a 5% até 2020, isso se torna uma referência preocupante, pois não vai ser suficiente. Não vai ser suficiente em termos das emissões que precisamos reduzir e em termos de convencer os países em desenvolvimento a participar, e pode até deixar a Europa em uma situação difícil – como podem os europeus manter suas reduções de 20% se a América optar por apenas 4% sobre os níveis de 1999?

**O projeto aprovado pela Câmara americana prevê uma tarifa de importação para produtos provenientes de países que não limitam suas emissões. Que efeito pode ter sobre países em desenvolvimento? Constitui protecionismo ambiental? Ameaçar com *border adjustment* nesse estágio das negociações não ajuda ninguém. Trata-se de instrumentos disponíveis no mercado global para evitar uma desvantagem competitiva e o “vazamento” de indústrias para outros lugares (*onde o controle de emissões seja menor*). Quando apareceu, essa discussão não era entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Foi o governo francês que ameaçou a economia americana com esse tipo de medida, porque os americanos não estavam agindo para reduzir suas emissões. Vamos ter de encarar o fato de que alguns países estão agindo (*para restringir emissões*), e outros, não. Em algum momento, isso vai se traduzir na aplicação de instrumentos econômicos. Porém, no momento, a discussão é a seguinte: a Organização Mundial do Comércio e a ONU analisaram tanto a mudança climática como o regime de**

“ Nos próximos cinco anos, todo o conceito de PIB vai mudar. A contabilidade verde nas contas nacionais avançará rapidamente ”

comércio e, nesta análise, dizemos que em teoria e em princípio pode haver uma situação em que um país pode criar mecanismos de *border adjustment*. Mas ambas as organizações também disseram que isso não se trata de autorização para o uso desses instrumentos. Nenhum país agora ganharia ao ameaçar parceiros comerciais com *border adjustment*, por isso, para mim, essa é uma discussão hipotética. No entanto, se o mundo não conseguir chegar a um acordo em Copenhague, não será surpresa se em cinco ou dez anos os países começarem a dizer: “Não podemos continuar a competir se, enquanto nós reduzimos nossas emissões, eles estão aumentando as deles”. Goste-se ou não, é uma realidade e pode se tornar um ponto de fricção.

**Quais suas estimativas em relação às negociações na COP 15?** Estamos a menos de 140 dias, 130 dias quase, de Copenhague (*esta entrevista foi concedida no início de agosto*). E, considerando que o mundo está negociando talvez o acordo mais importante dos últimos 100 anos para a economia global, a comunidade global e a respeito de um fenômeno fundamental chamado aquecimento global, estou preocupado. Porque, ao tentar encontrar o perfeito equilíbrio, acabamos tão ocupados em negociar detalhes que perdemos a percepção de que precisamos de um acordo histórico. Um acordo que permita a parceria entre Norte e Sul, entre economias pequenas e grandes, entre economias vulneráveis e aquelas altamente preparadas para nos levar a uma trajetória diferente de emissões. O objetivo sob o qual devem ser avaliadas as negociações e o acordo que sairá de Copenhague são as metas que o IPCC nos deu. Neste momento, os governos estão negociando com grande dificuldade metas para 2050. Em segundo lugar, estamos falando de redução de emissões e estratégias de mitigação, mas não há dinheiro sobre a mesa para permitir que um acordo aconteça. Se falamos de mudanças imprescindíveis nas economias do mundo, mas não colocamos recursos da ordem de US\$ 100 bilhões por ano nesta equação, um acordo se torna muito difícil. Para os países em desenvolvimento é difícil ir a Copenhague e sofrer pressão para se tornar parte da mudança, quando não existe comprometimento sério quanto a apoio financeiro e tecnológico. Embora tenha havido algum progresso, e os chefes de Estado e de governo começam a perceber que seu papel nos próximos dois a três meses será vital, ainda temos uma quantidade imensa de trabalho pela frente para criar as condições para que um acordo justo e efetivo saia de Copenhague. Acho que vamos ter um acordo, mas minha maior preocupação é que seja de natureza mais política do que significativa. Copenhague tem de ser o momento em que o mundo se compromete a mudar a trajetória das emissões. Se isso não acontecer, vamos enfrentar consequências imensamente sérias, não só em relação ao aquecimento global, mas também em termos políticos e econômicos. <sup>122</sup>



# Esverdear para amadurecer

Ainda que tardiamente, o setor privado brasileiro dá sinais de que **acordou para o tema da green economy**. Mas, isoladas, suas iniciativas evidenciam a falta de uma articulação política nacional

POR Amália Safatle # ILUSTRAÇÕES Dora Dias

Quando a bruxa Hécate, em *Macbeth*, declara que “a confiança é o maior inimigo dos mortais”, William Shakespeare está, no fundo, fazendo uma análise de risco. Com essa leitura, o sociólogo Sérgio Abranches abriu um dos muitos debates que têm girado sobre a nova sociedade e a nova economia que começam a emergir, balizadas pelos limites da natureza, em especial a restrição às emissões de carbono, pela transparência e pela inclusão social. Quem está preparado para esse cenário inevitável de transformações?

Risco e oportunidade são as duas palavras mágicas do vocabulário financeiro e econômico, faces de uma mesma moeda, e que se tornam mais significativas quanto maiores as incertezas. Talvez nunca a civilização tenha vivido realida-

des tão incertas. Quando os cientistas descobrem que o gás metano guardado sob o **permafrost** pode ser liberado com o aquecimento da Terra, não estamos mais olhando o derretimento dos mercados financeiros, que há um ano deixou todo mundo em pânico, mas o derretimento do mundo em si.

Este, que é apenas um exemplo de *tipping point* – a gota d’água que faz entornar o caldo –, indica que a manutenção das coisas como são hoje é o menos provável dos cenários, diz Abranches. Ou seja, manter o chamado *business as usual* é a mais arriscada das estratégias. Na pré-criese, a confiança excessiva resultou na quebra dos mercados e deve jogar a economia mundial para o crescimento negativo pela primeira vez desde a Segunda Grande Guerra. Na pós-criese (assumindo-se que há indícios

A camada de solo do Ártico permanentemente congelada

de uma recuperação econômica), a confiança de que tudo voltará a ser como antes remete, no mínimo, à tragédia de *Macbeth*.

Atenta, a comunidade científica observa e informa sobre as profundas transformações ambientais sofridas no mundo. Combativos, os movimentos socioambientais há tempos empunham a bandeira da mudança nos modelos de consumo e produção. Cada vez mais conectados pela tecnologia, os cidadãos pedem um mundo melhor, ainda que a maioria resista a mudar os próprios hábitos e padrões. E, agora, a iniciativa privada – ou ao menos uma importante parte dela –, pressionada por investidores, dá sinais, enfim, de que é preciso prestar mais atenção a

As empresas prometem calcular e publicar anualmente a quantidade de emissões, anunciar as ações tomadas para mitigá-las e para se adaptar às mudanças climáticas, escolher produtos, serviços e processos que reduzam as emissões, e envolver fornecedores e clientes nesse sentido, entre outras medidas

esta sociedade e a esta economia que emergem. Perguntam-se que bicho exatamente é esse.

O **compromisso** para redução de suas emissões de carbono, firmado pela cúpula de 18 grandes empresas no final de agosto na forma de uma carta, vem dar algum corpo (também no sentido de escala) ao espectro da economia verde no Brasil, ou a economia de baixo carbono, ou a economia do amanhã, como denomina Achim Steiner, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em entrevista à página 10. Para Steiner, o que vai definir uma economia verde é a capacidade de manter sua infraestrutura ecológica e de ter uma produção limpa.

A iniciativa teve apoio do Instituto Ethos e do Fórum Amazonas Sustentável. Além das indústrias, os setores do agronegócio, da bioenergia e das florescitas plantadas também marcaram posição em relação às mudanças climáticas. No

início de setembro, representados por 14 de suas principais associações, lançaram a Aliança Brasileira pelo Clima e apresentaram um documento com recomendações ao governo para uma agenda climática nacional a ser apresentada na COP 15. (Veja íntegra da carta, do documento e lista de signatários das duas iniciativas na versão desta reportagem em [www.fgv.br/ces/pagina22](http://www.fgv.br/ces/pagina22).)

Inéditos, os dois fatos são indicativos de que o tema entrou no radar do setor produtivo brasileiro, ainda que tenha sido mais pela face da moeda que representa o risco do que pela face da oportunidade. Pois o que muitos viram primeiro na sustentabilidade foram ameaças à reputação, perda de mercado e clientes, punições legais e cobranças, como se percebe na fala de Roger Agnelli, presidente da Vale, ao assinar o compromisso: “Estamos indo para uma economia verde. A sociedade, o consumidor, tem exigido isso. Faz parte da licença para operar. Se a gente não fizer agora, vai pagar essa conta mais tarde”.

### Faz toda a diferença

Falta enxergar na sustentabilidade um vasto campo fértil para a criação de novos ativos, mercados, tecnologias, qualificações e modelos de negócios que sejam mais inclusivos. Walter Mendes, responsável pela área de renda variável do Itaú Unibanco, destaca a atenção do

**investidor internacional** com a questão climática, mas que vai além da preocupação com o risco. Ele explica que atributos ligados à governança, como transparência e respeito ao acionista, já foram de tal forma incorporados às exigências que já não trazem muita diferenciação às ações. “Já as questões do clima e dos investimentos que envolvem tecnologias verdes e mais eficientes têm tanto a evoluir que

A Investor Network on Climate Risk ([www.incr.com](http://www.incr.com)) é uma atuante rede de ativismo societário ligada ao risco climático das empresas

funcionam como um diferencial capaz de agregar valor”, diz.

Mais do que possibilidades de negócio, falta ver no desenvolvimento de uma nova economia a oportunidade de uma recolocação do Brasil no cenário internacional, como uma liderança mundial no século XXI na qualidade de potência ambiental. Nisso, a iniciativa privada pode até servir como um cabo de força para o setor político, que sempre esteve na lanterna desse movimento (leia edição 33 de PÁGINA22).

Os empresários assinaram uma série de compromissos ligados à economia de baixo carbono, não sem propor ao governo federal que assuma uma posição de liderança nas negociações internacionais sobre clima, com definição de metas claras de redução de emissões. É dada como certa a assunção de metas por parte do Brasil na Conferência das Partes em Copenhague, em dezembro; restaria definir percentuais e prazos (mais em Especial Clima à pág. 44).

Mas pode-se perguntar por que o movimento não é inverso, isto é, o governo federal articular políticas que deem respaldo às iniciativas do setor privado que começam a pipocar isoladamente. Uma articulação que denotaria consistência e proatividade da nação brasileira aos olhos do mundo. Correm informações de que o próprio presidente Lula, cobrado pelos seus pares, estaria descontente com a política climática exercida pelo Itamaraty.

O ingresso do Ministério da Fazenda (MF) em assuntos do clima poderá ser capaz de imprimir maior teor econômico e financeiro à agenda climática do País, que até então esteve nos terrenos da diplomacia, da soberania nacional e da tecnologia. Segundo informações da Assessoria Econômica do MF, um grupo ainda informal, composto de

## ➤ Não basta ser verde, precisa ser decente

O século XXI enfrenta dois desafios: prevenir-se contra a mudança climática e proporcionar desenvolvimento social e trabalho decente para todos. Isso significa elevar mais de 1,3 bilhão de pessoas para acima da linha da pobreza, oferecendo oportunidade de emprego para 500 milhões de jovens que ingressarão no mercado de trabalho durante os próximos 10 anos. Foi sob esse enunciado que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil divulgou no final de agosto uma cartilha sobre empregos verdes, disponível em [www.oitbrasil.org.br/topic/greenjob/news\\_15.php](http://www.oitbrasil.org.br/topic/greenjob/news_15.php). Somente na área de energias renováveis, a OIT espera que haja 20 milhões de empregos até 2030. Atualmente, são 2,5 milhões, dos quais o Brasil responde por cerca de 730 mil, em hidrelétricas e em biomassa.

Apesar de otimista com a criação desses empregos em todo o mundo, a OIT alerta que muitos podem ser “sujeitos, perigosos e difíceis”. Segundo a organização, as áreas que despertam preocupação incluem a agricultura e a reciclagem, onde é necessário modificar com rapidez situações de baixos salários, insegurança nos contratos de trabalho e exposição a materiais perigosos.

No relatório Green Jobs: towards decent work in a sustainable, low carbon world ([www.oitbrasil.org.br/download/greenjobs.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/download/greenjobs.pdf)), a OIT estima que o mercado global de produtos e serviços ambientais aumente dos atuais US\$ 1,37 bilhão por ano para US\$ 2,74 bilhões em 2020. A metade se refere a eficiência energética e o restante a transporte sustentável, fornecimento de água, gestão de serviços sanitários e de dejetos. O Brasil é mencionado tanto pelo alto índice de reciclagem de alumínio, que emprega 170 mil pessoas, como pelo fato de que 90% da coleta é feita por catadores de lixo em condições nem sempre ideais.

cerca de dez integrantes – do qual também participam o Ministério do Planejamento e a Comissão de Valores Mobiliários –, tem-se reunido sistematicamente desde outubro de 2008. O objetivo é construir capacidades técnicas para lidar

com os impactos econômicos do aquecimento global.

“Já existe um mapa do caminho para a economia verde e as pessoas estão se antecipando.

Agora, quem precisa se antecipar são os líderes, o Congresso, que está atrasado

anos-luz em relação a este debate. Lá, as pessoas estão discutindo como retroceder na legislação ambiental”, declarou a senadora Marina Silva à imprensa, durante o evento dos empresários. Ela afirmou que essa não é uma discussão do verde

pelo verde, mas engloba a agricultura, o transporte, a energia, a saúde, a educação, o conhecimento e a inovação tecnológica, que gera oportunidades de emprego.

Assim, a provável entrada de Marina na disputa das eleições 2010 promete quebrar a dicotomia economia versus meio ambiente, em um país onde a principal política pública é uma agenda “crescentista”, encerrada no Programa de Aceleração do Crescimento. “PAC, PIB, só se fala disso no Brasil. Trocar desenvolvimento por crescimento é um equívoco que data da Segunda Guerra Mundial”, disse Guilherme Leal, fundador da Natura e do Instituto Arapyaú.

Bastaria o Brasil dar uma “pedalada rápida”, na visão de Sérgio Abranches, para que se formassem condições que o alçariam a um novo patamar: a educação deixaria de ser tão ruim, a biotecnologia faria florescer uma nova economia florestal, a logística de transporte se tornaria mais sustentável e se desenvolveria uma

Esforços da Comissão Stiglitz e do presidente da França, Nicolas Sarkozy, vão no sentido de derrubar a hegemonia do Produto Interno Bruto como parâmetro econômico e adotar novos indicadores de desenvolvimento nas contas nacionais

A participação do Ministério da Fazenda poderá imprimir maior teor econômico à agenda climática nacional. Um grupo informal tem-se reunido para estudar o assunto

democracia populista digital, baseada no ativismo e na mobilização do cidadão por meio da internet. Além disso, o País tem vantagens comparativas na descarbonização da economia mundial, como o potencial energético renovável, os ciclos generosos de água, os estoques de biodiversidade e um bom domínio de todas as áreas da biotecnologia.

Entretanto, deitado no berço do mito esplêndido de que temos uma **matriz energética** limpa (vale notar que as emissões das hidrelétricas de Tucuruí e Samuel, por conta do metano gerado nos reservatórios, superam as de termelétricas a gás), as políticas de descarbonização voltam-se mais para o controle do desmatamento e desviam a atenção que precisaria ser dada às indústrias, ao transporte, à construção de casas populares. Assim, a economia verde no Brasil perde a oportunidade de avançar mais rapidamente nesses setores. O que não quer dizer que avance nas florestas, ao contrário, onde o controle das emissões se dá mais por ações de comando e controle – inevitavelmente importantes – do que pelo incentivo econômico propriamente dito (*mais sobre a Amazônia à pag. 26*).

### É o clima, estúpido!

A urgência climática, e não as reflexões causadas pela crise financeira, é que tem alimentado o debate da economia verde, na avaliação dos entrevistados nesta reportagem. Quando a crise eclodiu, muito se falou que a revisão do modo insustentável de consumo e produção abriria espaço para uma nova economia. “Essa é uma crise de natureza fundamentalmente financeira e o potencial de mudança que poderia ter ocorrido no campo ambiental não se concretizou”, constata Helio Mattar, presidente do Instituto Akatu.

Isso porque, em sua avaliação, os políticos em geral não quiseram vincular

Nossa matriz não é mais tão limpa. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, as emissões de carbono das indústrias brasileiras cresceram 77% de 1994 (ano em que se baseou o último inventário nacional de emissões) até 2007. O setor de transporte foi responsável por 44% delas.

uma coisa à outra, com receio de que isso levaria a uma recuperação mais lenta da economia.

“Diante dos milhões de pessoas perdendo os empregos, é difícil sinalizar outra direção”, diz Mattar. A seu ver, somente com o mundo refeito do susto é que se poderá dar continuidade a um processo de transformação para uma economia sustentável e intensiva na criação de empregos verdes.

Uma exceção foi Barack Obama. “A crise financeira deu a ele a oportunidade para adiantar os investimentos que queria fazer na direção de uma economia verde e estavam previstos em seu programa de governo. Se não fosse pela crise, não poderia investir com tanta ênfase”, analisa o economista e consultor americano Michael Conroy, Ph.D., autor

de *Branded! How the 'Certification Revolution' is Transforming Global Corporations*. Do fundo de recuperação de US\$ 700 bilhões criado pelo governo, US\$ 20 bilhões são designados para a criação de empregos verdes.

Por necessitar desesperadamente de inovação para corrigir o atraso no desenvolvimento de novos combustíveis, a indústria americana ficou mais disposta ao

risco de investir em tecnologias de baixo carbono, segundo Mattar. E, aos brasileiros, a crise pouco ensinou: “Minha impressão é que não houve mudanças nem mesmo no sistema financeiro. Para se ter ideia, as provisões para devedores duvidosos equivalem a quatro vezes o lucro dos bancos.” Isso indica como é alta a expectativa de inadimplência por parte das instituições financeiras.

Com o objetivo de que o consumidor passe a ver o banco como um parceiro na tomada de empréstimos (e vice-versa), o Akatu recentemente lançou uma campanha pelo consumo consciente do dinheiro e do crédito. Que começa pela simples pergunta: “Eu realmente preciso comprar isso?” Ou a compra desse produto é só mais um ato de consumismo ou de busca de uma satisfação emocional, por meio de um bem material?

Essa crise parece ter deixado como legado a mensagem de que a solução dos problemas econômicos implica o simples aumento dos gastos, sejam eles públicos, sejam eles privados, por meio do aumento do consumo. Não bastasse isso, “a crise ofuscou muito as negociações sobre o clima em Copenhague”, diz David Zylbersztajn, sócio da empresa DZ Negócios com Energia, que estruturou, com demais parceiros, o Fundo Ecoenergia de Investimento em Participações.

Na Apel Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos, consultoria especializada em sustentabilidade, o “movimento” já entrou na normalidade, na avaliação do sócio-diretor Aerton Paiva. Mas, segundo ele, mais de 60% dos seus clientes pisaram no freio no último ano e deu para ver quem realmente estava comprometido com o assunto. Segundo Paiva, as empresas precisam se perguntar se daqui a 20 anos seu produto será ou não aceito do ponto de vista social e am-

biental. ‘O que vai substituir o aço, por exemplo? E o petróleo? Quanto tempo isso vai levar? Os grandes desafios estão na pesquisa de materiais e na capacidade de inclusão social do negócio”, diz.

Elisabeth Lerner, sócia da Tripod Investments – nome que referencia o tripé social, ambiental e econômico –, diz que setores ligados à autossuficiência energética, às energias renováveis e às tecnologias limpas começam a aparecer com muita força, pelo menos nos EUA, nessa nova fase de indícios de retomada econômica. Com um ano e meio de vida, a Tripod está em processo de captação do seu primeiro fundo de investimentos.

Por que investidores se interessariam por negócios com um adicional de risco, uma vez que envolvem novas tecnologias e mercados ainda em formação, e maturação apenas a longo prazo? Por que buscariam o risco que vem com o novo? Entra aqui a oportunidade, a do valor adicional citada por Walter Mendes, do Itaú

Unibanco. “Tecnologias nunca testadas têm esse complicador do risco”, explica Elisabeth. “Mas, se já existe um produto, um mercado, a sustentabilidade entra como um componente que introduz melhorias e agrega valor.” Ela dá como exemplo a cadeia de alimentos, em que a rastreabilidade dos fornecedores (sistema pelo qual se atesta a origem do produto) age tanto na segurança alimentar como no acesso a mercados que exigem atributos socioambientais, como a carne que não provém de áreas desmatadas na Amazônia.

“As empresas que estão mais identificadas com enfoques de sustentabilidade saíram-se melhor na crise, enquanto o mercado de produtos verdes **segue cres-**

**Autossuficiência energética, energias renováveis e tecnologias limpas começam a aparecer com força no radar de investidores, nos EUA**

**endo**”, diz Conroy, citando os estudos *Capturing the Green Advantage for Consumer Companies*, da consultoria The Boston Consulting Group, e *Green Winners*, da ATKearney. No Brasil, o relatório *Os impactos da crise econômico-financeira global na agenda de sustentabilidade corporativa: um estudo de empresas brasileiras líderes em sustentabilidade*, produzido pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, chega a conclusão similar.

No comparativo entre junho de 2008 e junho de 2009, o crescimento mundial do número de cadeias de custódia com selo do **Forest Stewardship Council** foi de 47%, para 13.872 certificados. Segundo Roberto Waack, presidente do *board* mundial do FSC, a origem desse crescimento pode estar na maior conscientização do consumidor final, mas provavelmente teve forte efeito a imersão do varejo no mundo da sustentabilidade, ao perceberem quanto pesam a reputação e a diferenciação. Além disso, exigências não tarifárias e definições de regras dos governos europeus têm forçado aspectos associados à origem dos produtos e à rastreabilidade.

A indústria sentiu na pele a questão reputacional e dos passivos morais e legais. “Trata-se de uma cadeia de forças convergentes”, diz Waack.

As forças, embora ainda não identificadas por todos, convergem para uma nova economia. A afirmação de que “a Idade da Pedra não acabou por falta de pedra” virou o mais novo bordão. Mas é ainda preciso ecoá-lo, principalmente em um país onde ouvidos estão voltados para as promessas eleitoreiras do petróleo do pré-sal. [zzz](#)

♦ Confira na versão desta reportagem, em [www.fgv.br/ces/pagina22](http://www.fgv.br/ces/pagina22), dados e gráficos sobre investimentos globais em sustentabilidade, entrevista em vídeo com Sérgio Abranches, fotos e a íntegra dos documentos assinados por empresários e por entidades do setor agroflorestal.

Em 2008, no Brasil, o número de cadeias de custódia FSC certificadas pelo Imaflores (entidade certificadora que responde por 70% desse selo) foi de 47 e, em 2009, chegaram a 36, até este momento

Segundo Conroy, outro aspecto identificado particularmente nos EUA é que as igrejas têm cada vez mais relacionado a religião com a prática de responsabilidade social e ambiental, dentro da ideia de *stewardship*, de cuidar, de manejar bem a natureza – o que influencia o comportamento de parte significativa da população

# BRAVOS VISIONÁRIOS

A emergência da questão climática e o crescente debate sobre negócios socialmente

por Ana Cristina D'angelo #

inclusivos **dão força aos pequenos empresários que apostam na sustentabilidade**



**I**nvestidores querem empresas faturando e produtos na porta do consumidor. Indivíduos com perfil empreendedor e ideias sustentáveis precisam do investidor para dar corpo a seus negócios. Consumidores esperam um planeta melhor, mas querem e/ou necessitam de produtos baratos. Governos, quando muito, prometem um novo desenvolvimento, mas assistem à iniciativa privada encarar os desafios. No universo dos pequenos empreendimentos, preço, escala e compreensão plena do tema da sustentabilidade ainda são barreiras na viabilização dos negócios. Mas isto não impede que bravos visionários deem corpo a iniciativas, muitas vezes surgidas nas universidades, que começam a ganhar o mundo, um outro mundo.

Os colegas da Faculdade de Medicina Veterinária da USP acharam que Luis Fernando Laranja estava ficando louco. Uma vida acadêmica clássica e estabelecida largada de uma vez para apostar em um novo negócio, situado exatamente no arco do desmatamento da Amazônia. Mas Luis Laranja é dos indivíduos que têm a sustentabilidade no DNA, definição dada pelo coordenador do programa **New Ventures Brasil** (NVB) e pesquisador do GVces, André Carvalho. Ele matutou e conseguiu unir uma estratégia de renda complementar para os povos extrativistas da Amazônia – que resulta em preservação da floresta – a um produto que traz benefícios para a saúde.

Na América Latina desde 1999, o New Ventures é uma iniciativa do World Resources Institute (WRI), que apoia empreendedores no amadurecimento dos seus modelos de negócio, capacita na incorporação de sustentabilidade à gestão e à operação dos empreendimentos, aproximando-os de investidores e fundos de capital. No Brasil, existe desde 2004, executado pelo GVces em parceria com o Banco Real.

Junto com a esposa, rumou para Alta Floresta, no norte de Mato Grosso, pesquisando produtos com originalidade e potencial de riqueza, mas subexplorados. Encontrou a castanha-do-pará, uma das cadeias do setor primário mais antigas do Brasil, extraída em processo manual na mata fechada pelas comunidades locais. Seguiram-se três anos de pesquisas para obtenção de derivados, com o apoio da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP. Diante da desconfiança de todos, chegaram a quatro produtos principais: castanha sem casca e embalada, azeite extravirgem do produto, granulado de castanha e um creme de castanha. Começava a ser desenhada a Ouro Verde Amazônia – Saúde Que Vem da Floresta. “As barreiras foram enormes, institucionais, dos órgãos públicos. Devido à inexistência de linhas de financiamento para esse tipo de negócio, abrimos com pequenas linhas de crédito pré-aprovadas”, lembra Luis Laranja.

A mudança importante chegou no ano passado, quando o Grupo Orsa Florestal, atuante no ramo de madeira certificada para indústria de celulose, propôs a compra de 51% do capital social da Ouro Verde, em uma parceria com vistas a explorar outros produtos da região. Alívio financeiro para Laranja e possibilidades mil, desde a diversificação do negócio – ele já está de olho no açaí e no cacau – até a abertura ao mercado internacional.



Da castanha para o açaí e o cacau. A Ouro Verde, de Luis Laranja, já prevê a diversificação

### Davi e Golias

Mas nem sempre foi assim. Dos bastidores na estruturação de uma pequena empresa verde, a experiência com as grandes redes de varejo e bens de consumo é quase traumática para esses pioneiros. “Elas se comportam com toda a força que têm, ou seja, uma relação muito desigual na negociação”, define Laranja. Outro que se queixa desse gargalo é Cláudio Rocha Bastos, da CBPak, fabricante de embalagens biodegradáveis. “Os supermercados percebem a importância da nossa solução, mas não valorizam, porque temos um preço maior que as embalagens tradicionais poluentes”, revela Bastos.

E o preço menor viria com a escala industrial, criando um círculo virtuoso. Não fosse o mercado de agricultura orgânica, as bandejinhas biodegradáveis da CBPak poderiam ser só um sonho. A embalagem feita de restos da mandioca ou cana-de-açúcar – que ao ser descartada na terra

vira húmus – encontra seu lugar nas prateleiras de empórios, feiras e pequenos estabelecimentos. Mas Cláudio Bastos não se deu por satisfeito e criou uma associação para educar sobre o biodegradável e a compostagem, além de um selo que diferencia esses produtos ao consumidor. A Associação Brasileira de Polímeros Biodegradáveis e Compostáveis (Abicom) pretende também buscar incentivos fiscais para os biodegradáveis.

Em que pesem as dificuldades do mercado, a CBPak atraiu ninguém menos que o BNDES Participações. Depois de granjear incentivos de instituições acadêmicas mais recursos próprios, Bastos tem o banco como sócio da unidade industrial em São

Carlos (SP). “A parceria se deve em grande parte à estruturação da nossa tecnologia. É muito comum ver pesquisadores com uma ideia achando que o capital vai resolver tudo, querendo dinheiro imediato”, avalia.

## ➤ Você (ainda) não vale nada, mas eu gosto de você

Sérgio Goldemberg não é acadêmico, sua empresa ainda não tem a matéria-prima, a fase de pesquisa e desenvolvimento demandará mais de um ano e o faturamento vai demorar a chegar. “Os investidores me diziam: ‘Você é tudo o que a gente não quer, mas apostamos mesmo assim’, porque em microalgas ninguém fatura de imediato”, conta Goldemberg, fundador e sócio da Algae Biotecnologia.

A ideia de produzir biocombustíveis à base de microalgas surgiu em 2007. Depois de circular por fundos de investimento durante todo o ano passado, o grupo EcoGeo, 30 anos de engenharia e remediação ambiental, propôs formalizar uma parceria com Sérgio, mesmo levando em conta os fatores acima, e o ceticismo geral do mercado em crise.

Com o apoio de peso, Goldemberg ficou tranquilo para tocar as engenhosas pesquisas de seleção das espécies de microalgas adequadas para a produção de biocombustível e para

sequestro de carbono. A formalização da compra de 65% do capital da Algae pelo Grupo EcoGeo deu-se este ano. Mas Goldemberg está de olho no segmento há anos, desde que os Estados Unidos iniciaram um programa de pesquisa das microalgas. Isso foi na década de 1980 e um relatório final mostrou que o negócio era inviável economicamente. Ainda assim, iniciativas privadas voltaram a insistir no tema naquele país. Por aqui, Sérgio (filho do físico José Goldemberg) vai insistir também e, com o aporte do investidor, terá mais fôlego (mais sobre a energia das algas em Análise à pág. 31).



# A OURO VERDE TEVE APOIO DO ORSA. A CBPAK, DO BNDES. SEM OS GRANDES, OS PEQUENOS SOBREVIVERIAM?

A crise financeira global trouxe algum ensinamento e o apetite dos investidores para empreendimentos sociais hoje é maior? Sim e não. Quem responde primeiro é Paulo Bellotti, da Axial Gestão, fundo que realizou oito investimentos no segmento de pequenas e médias empresas sustentáveis desde 2003. “A sociedade busca isso, a preocupação ambiental e social existe e estas empresas trazem tecnologias inovadoras”, diz. Para Bellotti, os pequenos negócios verdes devem ser tratados de forma diferenciada, sob o risco de serem esmagados pelo mercado. “Acho que as redes de varejo devem remunerar melhor essas empresas, para que elas sobrevivam e se mantenham sustentáveis”, avalia.

Claro que só uma boa ideia na cabeça não seduz os fundos de investimento. “O principal é que acreditamos que essas empresas vão gerar retorno financeiro superior às convencionais, e isso define o aporte de capital”, afirma, sem rodeios, Oren Pinsky, do Grupo Stratus. O Stratus aposta em empresas que já faturam, estão no mercado e têm clientes ligados ao manejo sustentável de florestas e a atendimentos a emergências ambientais. A intenção é partir para três novos investimentos até o próximo ano.

Em um balanço dos cinco anos do programa New Ventures Brasil, André Carvalho percebeu que havia uma leitura inicial, por parte da maioria dos investidores de capital empreendedor, de que o tema “negócios sustentáveis” encerrava apenas projetos de reflorestamento, créditos de carbono, reciclagem e, no máximo, biocombustíveis. “De lá para cá, a compreensão sobre o empreendedorismo para a sustentabilidade avançou em ambos os lados, o que era esperado, em especial por conta da emergência da questão climática e dos seus potenciais reflexos no debate sobre desenvolvimento humano”, afirma Carvalho.

O NVB tem 49 empreendimentos em seu portfólio nas mais variadas tecnologias e invenções. Nesses cinco anos, mais de R\$ 20 milhões foram investidos em sete empresas vinculadas ao programa. O caminho mais desafiador, propõe Carvalho, seria uma combinação de produtos e serviços verdes, com modelos de negócios mais inclusivos, ainda que inclusão social possa representar mais riscos para os investidores.

### Alternativas

Quem vive o dilema da inserção no mercado, mas não desiste, é Nilson Borlina, sócio-fundador da Linax. Pesquisador de plantas aromáticas há 20 anos, o agrônomo conseguiu um financiamento de R\$ 300 mil para pesquisa de matéria-prima para o linalol, óleo essencial usado em perfumaria, indústria farmacêutica e cosmética. A principal fonte do linalol ainda é o pau-rosa, espécie nativa em extinção. Sabendo disso, Borlina

iniciou os estudos sobre o manjeriço, planta de fácil manejo e boa qualidade que pudesse substituir o pau-rosa. Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), montou uma unidade de cultivo e destilaria em Votuporanga, no oeste do estado paulista, onde o clima favorece o plantio do manjeriço.

Entre 2005 e 2006, o linalol obtido da planta foi testado e aprovado por empresas e clientes. Como insiste em acontecer, o preço neste caso foi definitivo. O quilo do linalol de pau-rosa sai a US\$ 80, enquanto Borlina não conseguia baixar os US\$ 160 pelo linalol de manjeriço. “Mesmo em se tratando de uma extração ilegal, que é o caso do pau-rosa, os compradores insistiam em pagar abaixo do meu preço; dessa maneira decidi não vender mais”, relata. A saída para a sobrevivência da Linax foi aproveitar o know-how desenvolvido no maquinário para obtenção do linalol do manjeriço. “Criei e adaptei destiladores especiais para o meu processo e passei a vendê-los para fabricantes de essências. Com essa alternativa, estamos mantendo o nariz fora d’água”, diz o empresário.

Borlina mantém um cultivo mínimo de manjeriço, porque acredita que é apenas uma questão de tempo para ser procurado novamente pelos seus clientes. “Quando uma Channel impuser que só compra a matéria-prima sustentável, todo mundo vai querer e precisar”, afirma. Ou seja, a despeito do forte caráter de inovação, vínculo com a pesquisa universitária e aprovação do mercado, a Linax hoje sobrevive mais por insistência do empreendedor. [vz](#)

### SAIBA MAIS EM:

www.algae.com.br ■ www.ouroverdeagro.com.br ■ www.cbpak.com.br ■ www.linax.com.br ■ www.new-ventures.org.br



# NO RASTRO DA SOJA

**Ex-vilã número 1 do desmatamento**, a soja dá sinais de retração, mas ainda não passou por um teste definitivo. Quanto à pecuária, não basta monitorar as propriedades rurais. **É preciso rastrear os bois**

POR Carolina Derivi #

Organizações não governamentais lançam seus relatórios de denúncia sobre o agronegócio. A imprensa repercute. Grandes compradores, multinacionais e marcas famosas, suspendem fornecedores e declaram uma agenda mínima de providências e compromissos. Em pauta, um dos principais vetores do desmatamento na Amazônia.

Este é o cenário de 2009, desde que o Greenpeace e os Amigos da Terra denunciaram o avanço da pecuária sobre novas áreas de floresta, provocando uma reação em cadeia que envolveu não só empresas, como governos e Ministério Público. Mas está longe de ser uma novidade.

A mesma comoção se deu em 2006, também em reação a um relatório do Greenpeace [1], sobre os crimes na cadeia da soja. E foi bater na Europa, arrancando um embargo de supermercados, fabricantes do setor de alimentos e redes de *fast-food*, como o McDonald's. Não faz muito tempo, portanto, a soja era apontada como um dos grandes vilões

#### TOME NOTA

1 O relatório Comendo a Amazônia pode ser lido em [greenpeace.org.br/amazonia/comendoamz\\_sumexec.pdf](http://greenpeace.org.br/amazonia/comendoamz_sumexec.pdf)

na Amazônia. Se o ritmo de desmatamento desacelerava, era porque o preço da soja caía, e vice-versa.

Fora dos holofotes, essa cadeia dá sinais de retração, no que diz respeito ao desmatamento, mas ainda não passou por um teste definitivo. Lembrar essa trajetória, além de ser um exercício importante de fiscalização, ajuda a lançar luz sobre os desafios atuais da pecuária. Momentos de grande repercussão são estratégicos para firmar novas práticas no agronegócio que ajudem a estancar o desmatamento. A soja tem lições a oferecer, mas para dar fim à “farra do boi” na Amazônia será preciso avançar muito mais.

#### As origens

A pecuária sempre foi o mais grave vetor de desmatamento, lembra o pesquisador-sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Paulo Barreto. Espalhada pelos rincões da floresta, essa atividade não demanda grande infraestrutura e pode ser realizada na base do pioneirismo.

Primeiro, porque o rebanho caminha. Segundo, porque são raríssimas as fazendas que se dedicam ao ciclo completo, do nascimento do animal até

a engorda e o abate, o que demandaria uma estrutura industrial. Dessa forma, reina na cadeia da pecuária alto índice de informalidade. Ao contrário da soja, em que a produção se dá em uma única fazenda, e que precisa de canais de escoamento da safra e trânsito de insumos, como fertilizantes.

Assim, o boom da soja ligado ao desmatamento, no começo dos anos 2000, não se deu tanto da maneira típica em que florestas são convertidas em lavouras. Em lugar disso, a soja avançou sobre antigas pastagens no chamado **arco do desmatamento**, aproveitando o aquecimento dos mercados e empurrando a pecuária para o centro da Amazônia. Seria então indiretamente responsável pelos novos desmatamentos causados pela pecuária.

“Em algum momento houve desmatamento direto. Mas esses dois vetores, funcionando juntos (*soja e pecuária*), aumentaram muito a derrubada de 2001 a 2004. As pessoas começaram a falar ‘soja, soja’ porque parecia que a novidade era essa”, diz Barreto.

A solução, naquele momento, foi a criação da moratória da soja, um plano de ação que acaba de ser renovado até julho do ano que vem. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), que respondem em conjunto por 90% da compra de soja em grãos no Brasil, prometeram não comprar mais a produção de áreas onde se constatassem novos desmatamentos. Trata-se de um compromisso essencialmente igual ao que hoje firmam frigoríficos da Amazônia e grandes redes de supermercado.

Região que se estende do Maranhão a Rondônia, passando pelo Sul do Pará e do Amazonas e pelo Norte de Mato Grosso, onde a pressão sobre as florestas é maior

## Ao contrário da soja, o boi passa por várias fazendas. Sem a rastreabilidade, é impossível garantir a origem

Os resultados dos primeiros dois anos de **monitoramento** parecem confirmar a efetividade da moratória. No período entre 2006 e 2007, não foi constatada presença de soja em nenhuma nova área desmatada. No período seguinte (2007-2008), apenas 12 dos 630 polígonos visitados em campo tinham soja e foram devidamente embargados, segundo Fabio Trigueirinho, secretário da Abiove.

Mas o monitoramento é limitado, já que se concentra nos municípios em que a soja está amplamente instalada, com mais de 5 mil hectares de área plantada, e apenas nos polígonos com mais de 100

hectares, área tida como mínima para a rentabilidade dessa cultura.

Raquel de Carvalho, *campaigner* do Greenpeace, reconhece que o sistema precisa ser revisto e que as características do desflorestamento provocado pela soja podem estar mudando, assim como do desmatamento em geral – dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelam que as áreas desmatadas estão se tornando menores e mais espalhadas.

“Só dentro dos municípios que foram alvo (*do monitoramento*) a gente está falando de 8.030 polígonos com menos de 100 hectares. É impossível sobrevoar isso tudo. A gente vai ter que começar a dar mais ênfase aos dados orbitais (*imagens de satélite*)”, diz Raquel.

Para Karin Kaechele, coordenadora-adjunta do Instituto Centro de Vida (ICV), ONG ambientalista de Mato Grosso, a cadeia da soja ainda não está sob controle: “Pelo nosso ponto de vista, **a soja tem crescido em Mato Grosso.** Tem que ficar de olho”. Ela informa que as negociações da mesa-redonda da soja, iniciativa que busca estabelecer princípios e critérios para certificação socioambiental da cadeia, não estão indo muito bem.

As ONGs defendiam desmatamento zero, o que foi recusado pelos produtores. Então, elas propuseram que o critério se aplicasse ao menos às **Áreas de Alto Valor para Conservação**, e, segundo Karin, os produtores de

soja de Mato Grosso se retiraram.

De acordo com Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, a moratória é um instrumento importante, mas limita-se “ao que há de pior” na Amazônia e cumpre mais uma função educativa. Ele acredita que os fatores que suavizaram o papel da soja no desmatamento são principalmente econômicos: “Os grãos em geral não estão naquela fase de pico de preço, como em 2002 e 2003. Não é que o mercado hoje esteja baixíssimo, mas não tem mais uma grande pressão para expansão de área”.

Analisar a série histórica de preço da soja na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&FBovespa) é dar razão às ONGs. O aquecimento dos mercados, que fez com que a saca de soja passasse dos R\$ 17 em março de 2001 para mais de R\$ 50 em março de 2004, acompanha a evolução do desmatamento. No entanto, a performance do setor em 2009 pode ser a chave para confirmar ou rechaçar o novo desempenho ambiental na Amazônia. Isso porque, apesar da crise econômica e da escalada mais lenta, os preços da soja este ano alcançam os mesmos níveis negociados em 2004, quando o desmatamento atingiu mais de 27 mil quilômetros quadrados, a segunda maior marca da história. Ao mesmo tempo, o Ministério do Meio Ambiente aposta que o desmatamento em 2009 será o mais baixo dos últimos 20 anos.

Seria a primeira vez que a correlação “preço da soja e desmatamento” não se confirmaria, mas o resultado definitivo virá apenas em 2010, quando o Inpe divulgar os dados do sistema Prodes relativos ao período.

Muito mais complexa que a cadeia da soja, a pecuária na Amazônia tem, por outro lado, a oportunidade de avançar em garantias que a soja possivelmente



nunca terá. Trata-se da rastreabilidade, mecanismo que identifica e monitora cada animal e as propriedades pelas quais passa ao longo da vida.

Os desafios são a escolha da tecnologia – há desde a tradicional marca de ferro em brasa até chips subcutâneos – e a forma como os **altos custos** serão distribuídos pela cadeia, já que pequenos criadores podem ter mais dificuldade em aderir.

Segundo Rodrigo Lima, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), a maneira como os grãos de soja são transportados – soltos, não em sacas – cria um impedimento logístico. “Uma das grandes discussões para identificação da soja transgênica foi exatamente essa dificuldade de rastrear. Tem navio que troca de carga com outro no meio do oceano”, diz Lima.

Já para os bois, esse problema não existe. E a importância de rastrear está na dinâmica da cadeia da pecuária. O próprio Greenpeace descreve no relatório *A ferra do boi* como os frigoríficos da Amazônia “esquentam” a carne e o couro processados em municípios do Sul e do Sudeste, de forma a ocultar sua origem ilegal. Sem a rastreabilidade, nada impede que o gado do desmatamento seja “esquentado” em fazendas com cadastro e licença ambientais.

Até agora, o compromisso firmado pelas redes de supermercado e pelos frigoríficos Bertin e Marfrig envolve mapear

e monitorar todos os seus fornecedores diretos, que devem cumprir o Código Florestal e fornecer imagens de satélite que serão comparadas com as imagens do desmatamento ano a ano.

“Esse compromisso não garante totalmente, boi a boi. Só com rastreabilidade, que é extremamente importante. É algo que eles vão implementar, mas, se formos esperar a rastreabilidade para fazer um compromisso de desmatamento zero, só vai começar o processo daqui a uns dez anos”, diz Marcio Astrini, do Greenpeace.

Talvez não demore tanto. Em audiência sobre o tema na Câmara dos Deputados, em Brasília, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que o Pará deve implantar um sistema em até seis meses. O BNDES aprovou novas diretrizes para o financiamento de frigoríficos, o que inclui adesão à rastreabilidade de bovinos a partir de 2010.

Para Smeraldi, se há uma lição na trajetória da soja para a pecuária, é que, apesar de as medidas pontuais em cada cadeia serem necessárias, dificilmente se vai conseguir resolver o problema do uso da terra com base em um único processo produtivo. “Tem sempre a história do vazamento. Se eu não posso criar boi, vou fazer outra coisa”, diz.

Tudo indica que, enquanto a economia da Amazônia basear-se somente

A Globalsat, auditoria independente, utiliza as imagens de satélite de novos desmatamentos geradas pelo Inpe e realiza sobrevoos nas áreas acima de 100 hectares. As que tiverem plantações são monitoradas em campo

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a área plantada com soja em Mato Grosso avançou 416,1 mil hectares em relação a 2007/2008

HCVA, na sigla em inglês. Trata-se de metodologia reconhecida, já aplicada para certificação de óleo de palma e biocombustíveis, entre outros

A empresa Animalltag, por exemplo, comercializa chips subcutâneos para bovinos, chamados de “transponders”, a R\$ 10 cada um. O leitor de transponder, com coletor de dados, chega a custar R\$ 2.900

em *commodities*, as motivações para o desmatamento não deixarão de existir. “Todas as experiências que a gente conhece de uso da biodiversidade local seriam muito mais interessantes economicamente, porque têm mais capacidade de gerar renda”, diz Reginaldo Magalhães, da International Finance Corporation (IFC).

Mas, para isso, falta tudo. Segundo Magalhães, faltam mercados estruturados, capacitação em modos de produção e de gestão, linhas de crédito específicas para produtos da biodiversidade, e ainda muito *know-how* e tecnologia por serem gerados. Se há em algum lugar uma nova economia verde, ela ainda não encontrou a Amazônia. ■

♦ Confira o comentário de Daniela de Fiori, vice-presidente de sustentabilidade da Wal-Mart, sobre rastreabilidade na versão digital desta reportagem em [www.fgv.br/ces/pagina22](http://www.fgv.br/ces/pagina22)

## Dos geeks para o mundo

A inovação colaborativa, no modelo dos projetos de *open source software*, chega ao mundo corporativo e promete **benefícios para a sociedade como um todo**

Neste mês de setembro, preste atenção nas notícias de tecnologia. O Netflix, serviço *on-line* de aluguel de DVDs nos EUA, anuncia o vencedor de um prêmio [1] para melhorar em pelo menos 10% seu sistema de recomendação de filmes.

Sugestões que cada usuário recebe baseadas em suas preferências em relação a DVDs alugados previamente

Dois grupos disputam US\$ 1 milhão, mas o importante é como a empresa chegou até a eles.

Lançada em 2006, a competição foi aberta a qualquer pessoa e contou com 51 mil participantes de 186 países, agrupados em cerca de 41 mil equipes. Em 26 de junho, o grupo BellKor's Pragmatic Chaos apresentou uma solução que melhoraria o sistema da empresa em 10,09%, abrindo uma janela final de 30 dias para que outros grupos tentassem alcançá-los. No último dia do prazo, 26 de julho, um coletivo de grupos previamente competindo solo – apropriadamente chamado de The Ensemble – apresentou solução que incrementaria em 10,10% a tecnologia Netflix.

O resultado final ainda está nas mãos do Netflix, mas os efeitos do prêmio já se delineiam. Os clientes Netflix poderão contar com um sistema aperfeiçoado de recomendações, pelo qual a empresa pagará muito menos do que se tivesse contratado 50 mil pessoas para encarar, por dois anos, a tarefa. O modelo aberto e colaborativo que beneficia o Netflix é visto como promissor em um mundo cada vez mais complexo. “Algumas pessoas de nossa equipe acham que esta é a maneira pela qual os problemas serão solucionados no futuro. Grandes problemas, com grandes grupos ao redor do mundo colaborando pela *internet*”, disse um dos integrantes do The Ensemble à revista *Wired*.

A *internet* é chave nessa equação, como mostra a história do **open source software**.

Desenvolvido por voluntários e disponibilizado de graça



É ela que permite a colaboração no desenvolvimento e a ampla distribuição, sem custo, do produto final – no caso de *software*, informação. Para os pesquisadores Eric Von Hippel e Georg von Krogh [2], os projetos de *open source software* são uma alternativa bem-sucedida aos modelos convencionais de inovação e permitem a coexistência de incentivos ao investimento privado e à ação coletiva. Trata-se, acreditam, de um modo de organizar-se para a inovação que pode trazer “o melhor dos dois mundos” para a sociedade.

Esse modo de operar começa a deixar o reino dos **geeks** e a pegar no mundo corporativo. Na Cisco Systems, multinacional que desenha e vende tecnologia e serviços de comunicação e *networking*, a colaboração chegou à gestão por meio das redes sociais. John Chambers, presidente da Cisco, diz que tais tecnologias são “o modelo de negócio para os líderes do século XXI” e garante que a empresa abandonou o comando-e-controle em favor da colaboração-e-trabalho-em-equipe. “Quando eu viro para a direita, 67,7 mil pessoas viram para a direita”, diz Chambers [3], referindo-se ao número de empregados da Cisco. “Isso é um poder enorme. Mas não é

Pessoas que se dedicam intensamente à tecnologia da informação

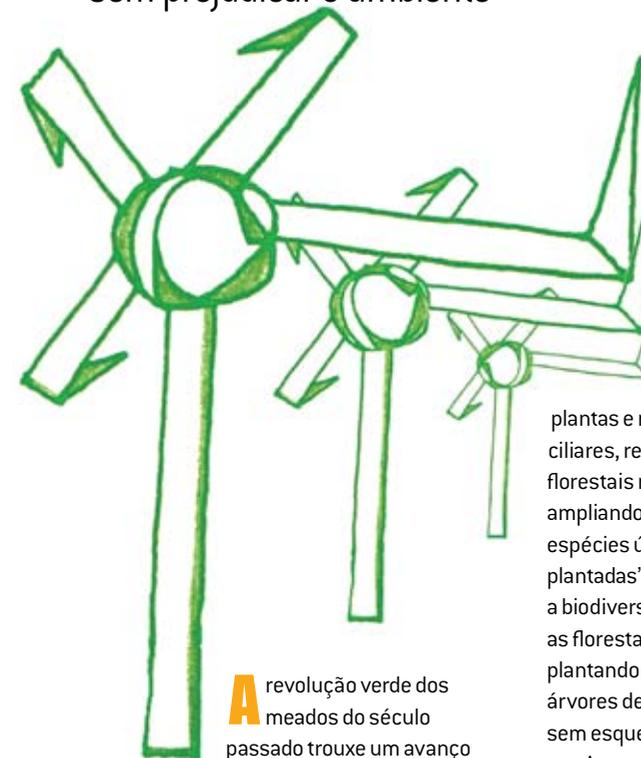
o futuro.” O futuro, completa, é tomar decisões a partir de um processo replicável e que oferece escala e rapidez, mas também flexibilidade.

A empresa hoje opera “redes de negócio” internas, com “conselhos” que buscam realizar oportunidades de US\$ 10 bilhões, “comitês” que correm atrás de oportunidades de US\$ 1 bilhão e “grupos de trabalho” para apoiar ambos [4]. Pessoas de diferentes grupos juntam-se para formar “comitês operacionais” e colaborar. A Cisco também mudou o sistema de remuneração para recompensar aqueles que agem de forma colaborativa, focando no bem geral da empresa. Ao trazer as ferramentas da *web 2.0* para a estratégia de gestão, a companhia se capacita a acessar o conhecimento “estocado” em empregados, fornecedores, clientes e até no público em geral – e garante que os efeitos no *bottom line* são positivos.

Para além da gestão corporativa, o modo *open source* de operar vem sendo cada vez mais adotado, em particular pelas indústrias criativas. Mas a grande promessa – não sem riscos – é o que ele pode produzir em termos de inovação social. “A enorme escala de contribuições e colaboração humana que a *web* e suas tecnologias associadas tornam possível tem potencial para gerar grandes benefícios, em aplicações como assistência de saúde, resposta a desastres, desenvolvimento internacional ou programas de energia sustentável”, escreve Ben Schneiderman, diretor do Human Computer Interaction Laboratory da Universidade de Maryland [5]. “Também levanta riscos equivalentes, como o avanço de ideologias terroristas, a negação de liberdades civis e a opressão por dirigentes cruéis. A tecnologia aumenta tanto o bem quanto o mal, mas o discurso aberto, o *design* participativo e o livre fluxo de informação podem levar à conscientização que derrota a discriminação e a opressão.” [2]

## Revolução tripla

Em florestas, desertos ou mares, o mundo coleciona **significativos exemplos para melhorar a produção de alimentos e de energia, sem prejudicar o ambiente**



A revolução verde dos meados do século passado trouxe um avanço significativo da produtividade agrícola, graças a uma combinação de sementes selecionadas com quantidades cada vez maiores de adubos e pesticidas (com impactos ambientais negativos) e aos progressos da irrigação. Vale dizer que ela favoreceu em escala mundial a minoria dos produtores que dispunham de recursos financeiros próprios e de subsídios públicos para adquirir os insumos, marginalizando as populações rurais pobres, sobretudo as dos países do Sul. Várias nações industrializadas passaram a produzir alimentos em quantidade bem superior às suas necessidades internas, exportando o

excedente a preços altamente subsidiados, arruinando assim os produtores dos países periféricos.

O conceito de revolução duplamente verde, assim chamada por pesquisadores franceses, surgiu em oposição à primeira revolução verde, buscando maior harmonia com a natureza e adequação das tecnologias às possibilidades do pequeno agricultor familiar. Esta **revolução dupla** está em marcha. No entanto, convém acelerá-la e adequá-la às urgências do momento para fazer face ao duplo desafio das mudanças climáticas deletérias, iminentes e em parte irreversíveis, e ao déficit agudo de oportunidades de trabalho decente.

Devemos enfatizar a necessidade urgente de parar todo e qualquer desmatamento e encorajar o plantio de mais árvores – a melhor maneira de sequestrar e armazenar o carbono nas plantas e no subsolo: reabilitando as matas ciliares, restaurando os ecossistemas florestais nas áreas de proteção ambiental, ampliando as plantações arbóreas de espécies úteis (chamadas de “florestas plantadas” impropriamente, por não terem a biodiversidade das florestas), adensando as florestas nativas com espécies úteis, plantando ao longo das estradas e ruas árvores de sombreamento e ornamentais, sem esquecer o sombreamento dos pastos.

Ao mesmo tempo, devemos envidar esforços para aproveitar para fins produtivos os espaços desérticos, de maneira a reduzir a pressão sobre os solos agricultáveis e a floresta. À primeira vista, trata-se de uma tarefa difícil. No entanto, nos últimos anos, surgiram vários projetos espetaculares visando o aproveitamento dos espaços desérticos para a produção da energia solar e eólica, a exemplo do **Desertec, pilotado pela União Europeia, um conjunto de usinas solares no Saara que pretende produzir eletricidade para abastecer a Europa**, instalando, ao custo de 400 bilhões de euros, uma capacidade de 100 gigawatts, o

O conhecido agrônomo indiano M. S. Swaminathan prefere o termo “evergreen revolution”, ou revolução sempre verde

suficiente para abastecer o Brasil por seis meses (Veja, de 22 de julho). Segundo certas estimativas, uma área de 84 mil quilômetros quadrados de usinas de energia solar fototérmica daria para abastecer o mundo.

A China também está pensando grande, com a instalação de enormes unidades eólicas no Deserto de Gobi. Neste momento, estão sendo implantados seis gigantes projetos de energia eólica, cada um com capacidade superior a 16 grandes usinas termoeletricas a carvão (The New York Times/Le Monde, de 1º de agosto).

Vale a pena lembrar ainda o projeto chamado The Sahara Forest Project – um conjunto de estufas que produz biomassa ao captar os gases dos poços de petróleo e utilizar água de mar dessalinizada com energia solar. Segundo a revista *Dinheiro Rural*, de julho de 2009, a Syngenta, um gigante do agronegócio, acaba de criar um centro de pesquisas na região desértica de Arica, no Chile, para trabalhar, entre outros projetos, com espécies de plantas adaptadas ao estresse hídrico.

**Outra fronteira para avançar, sempre com o propósito de diminuir a pressão sobre os solos agricultáveis, são os espaços marinhos, a complementação da revolução duplamente verde com uma revolução azul.** Continuamos ainda a depender excessivamente da pesca (ou seja, da caça a animais aquáticos) e não da criação de peixes, moluscos e crustáceos. A sobrepesca resultou no massacre de algumas espécies. Porém, dispomos ainda de um grande potencial de criação de animais aquáticos em condições sustentáveis, se forem respeitadas regras ambientais de manejo. As experiências altamente negativas de criação em grande escala de camarões nas Filipinas e no Equador, e ultimamente em fazendas de salmão no Chile, devem servir de lição.

O aproveitamento de algas para fins energéticos é mais uma vertente da revolução azul com perspectivas brilhantes a médio prazo. Certas algas dobram a sua biomassa em um dia e têm um alto teor de óleo, podendo produzir cem vezes mais óleo por hectare ao ano do que a soja e dez vezes mais do que o dendê. [2]

### TOME NOTA

[1] <http://www.netflixprize.com> [2] <http://opensource.mit.edu/papers/hippelkrogh.pdf> [3] [http://www.businessweek.com/magazine/content/09\\_12/b4124030877661.htm](http://www.businessweek.com/magazine/content/09_12/b4124030877661.htm) [4] <http://www.cisco.com/web/about/ciscoitawork/downloads/ciscoitawork/pdf/CollaborativeExecutiveGuide.pdf> [5] <http://www.cs.umd.edu/ffbeni/whitworth-Socio-Tec-foreword.pdf>

# FOTOS Bruno Bernardi, Fernando Rockert e Jean Paul Ganem

# TEXTO Tatiana Achcar

# Aldeinha global

Reinterpretada com plantas e cores, uma antiga favela emerge na forma de obra de arte para rememorar a vida de seus moradores e ser um espaço de convívio e transformação social

## O cenário é o coração da maior megalópole da América Latina.

São Paulo, bairro da Lapa. De um lado, a Marginal do Rio Tietê e a Ponte Júlio Mesquita Neto. Ao redor, shopping centers, TV Cultura, Sesc Pompeia e prédios de habitação popular. No centro dessa concentração de prédios está a Favela Aldeinha – três ocupações e 500 famílias em um terreno de 17 mil metros quadrados. A Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do município cria um projeto de construção da alça de acesso à ponte e a Secretaria de Habitação inicia a remoção, encaminhando parte dos moradores para o bairro do Itaim Paulista, Zona Leste da capital, e concedendo cheque-despejo para a porção de moradores que se alojará em moradias populares vizinhas. No início de 2009, a Secretaria fecha o terreno, para evitar novas invasões e preservar uma área natural no mar de escassez verde paulistano. Histórias de vida e sentimentos dos moradores ficam ali, no solo da Aldeinha.

BRUNO BERNARDI



[1] Presente: com a remoção da favela, a terra nua [2] Futuro: no projeto, polígonos de plantas demarcam os antigos barracos e vielas; a ideia é que ex-moradores e a classe média se aproximem nesse espaço



Diferente de tantas histórias de remoção que terminaram em desolação e esquecimento, parece que neste terreno foram plantadas algumas sementes de transformação. Um projeto socioambiental que reúne esforços públicos, privados e da sociedade civil pretende recuperar essa área degradada por meio de uma obra de arte viva e efêmera: um jardim de folhagens coloridas que vai reproduzir a planta original da favela – suas casas, ruas e becos – para fazer nascer ali um local de lazer e encontro entre as diferentes classes socioeconômicas de São Paulo.

O conceito da obra é do artista francês Jean Paul Ganem, conhecido pelo trabalho de **landscape art** realizado no interior da França, em aterros sanitários no Canadá e em pistas de aeroportos. “O Brasil tem adotado a política europeia de realocar a população de baixa renda na periferia. Mas aqui a favela ainda está dentro da cidade e, no entanto, seus moradores são invisíveis. E

Obra de arte de grande dimensão que utiliza áreas naturais cultivadas, por meio de técnicas como jardinagem, para criar desenhos e formas e modificar a paisagem local

eles querem ser vistos. Essa obra de arte vai rememorar as pessoas da Aldeinha e levar a classe média para dentro da favela, por meio de um único vetor: plantas”, diz Ganem. Quem não gosta delas?

O artista escolheu folhagens nativas que crescem o ano inteiro para compor toda a obra, e, na área que reproduz as moradias, vai usar 80% de grama colorida e 20% de pedras portuguesas retiradas durante uma reforma das calçadas da Avenida Paulista.

Educação ambiental, capacitação profissional, geração de renda e reinserção social constituem o cerne do projeto, encabeçado pela Brazimage Productions, empresa que reuniu organizações sociais para atender a todas essas demandas. O Instituto Romã promoverá a sensibilização ambiental com a vizinhança, realizando oficinas de reaproximação com a natureza para favorecer o convívio com o novo espaço. Uma obra de arte ao lado do Rio Tietê pode alertar a população de que os ciclos e fluxos

naturais, embora escondidos sob grandes obras urbanas, sempre existiram na cidade.

A subprefeita da Lapa, Soninha Francine, está animada com um projeto que prevê, por meio de um jardim, a inclusão social e o acesso a áreas verdes. “É muito importante recuperar uma área permeável ao lado da várzea do Rio Tietê, pois hoje a marginal é sinônimo de via expressa e não de área natural. Acho que esse projeto corrige uma barbaridade urbanística. Poderia ser um bosque, mas um jardim evidencia a engenhosidade humana”, opina.

A Associação Reciclázaro incumbiu-se de executar um programa de formação de quinze jardineiros que vão auxiliar na implementação da obra e manter o jardim depois de pronto, e também criar o Viveiro Escola, um espaço destinado à produção de mudas e aprendizagem do cultivo e outras técnicas de jardinagem.

Depois disso, a ONG Design Possível vai ministrar curso para formar

15 marceneiros, cujo tema será o mobiliário urbano, para a produção bancos e assentos, lixeiras e outros equipamentos desenvolvidos com materiais reaproveitados, que serão expostos no local. A ideia é fomentar a criação de cooperativas que absorvam a mão de obra recém-qualificada e colaborar na sua inserção no mercado de trabalho. Enfim, o Projeto Arrastão foi chamado para fazer a implementação de todas as ações sociais.

A viabilidade financeira do projeto está baseada em pequenos aportes de recursos para cada área específica. “Estamos buscando o apoio de bancos para criar um modelo de financiamento de microcrédito para as cooperativas e um patrocinador do mercado de celulose para investir na marquise de papel que será a área de exposições do Projeto Aldeinha”, explica Mozart Mesquita, da Brazimage. O mesmo deve acontecer para a construção de um bicicletário e de um parque infantil lúdico.

RETRATO



FERNANDO ROCKERT  
[1]



FERNANDO ROCKERT  
[2]

[1] [2] Passado: momentos da desocupação na Favela Aldeinha

O modelo de parcerias adotado pelo Aldeinha aposta na diversidade de atores para garantir investimentos e benefícios que atendam aos interesses de cada um, de todos e da cidade. “Os governos municipal e federal atuam como marcos regulatórios e tentam mediar o mercado e os interesses da sociedade civil, enquanto o setor privado tem a oportunidade criar ações de responsabilidade social mais próximas e contínuas. Faz parte da estratégia de sobrevivência de um negócio capacitar pessoas, ter boa relação com a comunidade local, garantir segurança naquele território. Nenhuma empresa pode ser uma ilha de prosperidade em um mar de pobreza”, analisa a economista Ana Carla Fonseca Reis. Ela vê nessa experiência a oportunidade de agregar valor ao trabalho da turma de aprendizes que o projeto pretende formar.

Assim como os demais trabalhos de Jean Paul Ganem, o Aldeinha foi planejado para ser efêmero, como tudo que tem vida é. “É melhor ficar com a energia da experiência enquanto ela está sendo produtiva. O fim de uma obra não é o fim do aprendizado, a semente da criatividade vai ficar nas pessoas”, explica.

O Aldeinha deve permanecer ali até o início da construção da alça de acesso à Ponte Júlio de Mesquita Neto, que vai ocupar futuramente parte do terreno do projeto – e que pode levar três anos ou mais para se realizar, a depender das licenças e dos acordos feitos para a região.

A intenção da Secretaria de Meio Ambiente em garantir uma nova área verde para a cidade e um litígio sobre uma antiga ocupação no terreno ajudariam a prolongar a permanência do Aldeinha. Quem sabe a criatividade brasileira consiga elaborar o caminho do meio e manter, ao mesmo tempo, uma obra viária necessária para a cidade e um novo jardim de folhas coloridas para São Paulo. [zzz](#)

- ♦ Vídeos, fotos e depoimentos na versão digital de retrato em [www.pagina22.com.br](http://www.pagina22.com.br)
- ♦ Ouça música de Tom Zé para o Projeto Aldeinha em [www.jpjanem.com](http://www.jpjanem.com), clicando em “project en cours”

# Fibria. Nasce uma líder global brasileira no negócio florestal renovável.



A Fibria nasce da união de duas grandes empresas brasileiras da indústria florestal, Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel. Duas histórias construídas com garra e determinação. Tem um compromisso do tamanho da sua liderança no Brasil e no mundo: investir no cultivo de florestas como fonte renovável e sustentável de vida para produzir riqueza e crescimento econômico, promover desenvolvimento humano e social e garantir conservação ambiental.

O propósito da Fibria é beneficiar a vida de todos e, assim, crescer admirada pelo seu valor. Afinal não há valor mais admirável que a própria vida.

a d m i r a r ( o v a l o r ) d a v i d a



Casa construída por uma família de quatro pessoas, em Whangarei, Nova Zelândia. As paredes, prontas em duas semanas, são feitas de cimento, cascalhos e pequenas pedras, compactados com ferramenta hidráulica



A cooperativa Bike Kitchen oferece as ferramentas e você conserta a sua bicicleta

Francisco e Nova York, deixassem o carro na garagem para usar a boa e velha bicicleta, um transporte limpo, barato, saudável e que promove a sociabilidade. De fato, a cultura da bicicleta tem crescido no país, principalmente entre os jovens, que amadurecem num momento em que um novo *american way of life* emerge. Festivais, conferências, filmes, grupos de música, lojas, oficinas mecânicas e ativismo em torno da “magrela” pipocam por lá.

San Francisco, na Califórnia, é a meca dos *bike messengers*, entregadores de produtos e documentos que circulam por toda a cidade com rapidez e destreza sobre duas rodas, driblam o congestionamento, ganham grana e incentivam outros jovens a adotar esse trabalho como estilo de vida. Isso desde 1945, quando surgiu a primeira prestadora desse tipo de serviço. Lá, há mais procura do que vagas. Os *bike messengers* formam uma categoria profissional, uns com contratos autônomos e comissões sobre entregas feitas, outros com registro e benefícios trabalhistas.

Seja um *bike messenger*, seja um ciclista de fim de semana, em alguma hora é preciso encostar a bicicleta para um ajuste, um conserto, um *up* no visual. Na terra do faça-você-mesmo, encontrei oficinas que ensinam você a sujar as mãos com a sua magrela. A The Bike Kitchen, eleita a melhor oficina de San Francisco,

oferece ferramentas para consertar pneu furado, regular o freio, ajustar as marchas, aprender a altura certa do selim. E seguem a cartilha da conservação: exceto cabos de freio e câmaras de pneu, nada é vendido na Bike Kitchen, e todas as peças são sobras em bom estado doadas por grandes lojas de bicicletas – e que certamente seriam descartadas na sociedade superconsumista americana. Os produtos usados para remover a graxa não contêm substâncias químicas: são feitos à base de casca de laranja. A oficina é uma cooperativa mantida por gente apaixonada por bicicletas que sabe que, para aumentar a quantidade de ciclistas nas ruas, é preciso espalhar o conhecimento sobre as magrelas.

É impressionante a quantidade e a diversidade de cooperativas na Califórnia, no Oregon e nas cidades grandes neozelandesas, como Auckland e Wellington. Por lá, o conceito vai além da organização profissional autônoma. As cooperativas são comunidades de pessoas que querem se juntar em torno de objetivos comuns, e a sustentabilidade financeira é apenas um deles. Têm como missão criar ambientes democráticos de trabalho, e adotam práticas

**A**os 31 anos, decidi me presentear com um ano sabático pelo mundo. Era maio de 2008 e a crise financeira mundial estava se aquecendo, até explodir em setembro. Mas, na cabeça desta viajante, isso não afetaria a jornada em busca de novas experiências (e um batalhão de respostas). O que vi no período em que morei na Costa Oeste dos Estados Unidos e na Nova Zelândia foi uma porção de gente inventando soluções próprias e criativas para atravessar um período de incertezas e dificuldades.

Algumas das histórias aqui relatadas não têm a pretensão ou a ingênua intenção de “salvar o mundo”, ao contrário, podem ser um laboratório de experiências ligadas ao contexto local e têm causado impacto positivo nos pequenos círculos em que se dão. Sob esse olhar, é possível afirmar que são grandes soluções.

O país mais motorizado e industrializado do mundo foi também o epicentro da crise. A instabilidade financeira e ambiental, o desconforto com guerras por petróleo e os grandes congestionamentos fizeram com que habitantes de cidades metropolitanas, como San

# Aqui no meu

# quintal

Dos Estados Unidos à Nova Zelândia, pequenas iniciativas afinadas com a consciência global dão grande resultado em seus círculos

TEXTO E FOTOS TATIANA ACHCAR #



## Hortas comunitárias e fazendas urbanas reconfiguram as cidades

construtiva e perene, ao mesmo tempo que se buscam justiça social, recuperação ambiental e reeducação alimentar.

Esses espaços verdes reconfiguram as urbes – onde os ciclos e fluxos da natureza parecem que nunca existiram (e a gente acha que isso é normal) – e quebram a dicotomia de que o campo produz o alimento e a cidade apenas o consome e descarta. Uma visita a Alemany Farm, em San Francisco, quebrou, de fato, meus conceitos sobre o que é verde, o que é cinza.

Essa fazenda urbana nasceu em 1994 com o objetivo de melhorar as condições dos moradores de 165 habitações populares no bairro de Alemany, por meio do plantio e manutenção do espaço. Em sua origem, combinava treinamento profissional com educação para fazer da agricultura urbana uma via de oportunidades econômicas e educativas. O projeto de segurança alimentar resolveu o problema da má nutrição nas famílias, ao passo que tornou a comunidade mais unida e segura. Funciona na base do voluntariado e é referência em aprendizagem prática de horticultura e paisagismo.

A cidade de San Francisco possui cerca de 50 jardins comunitários e em cada um se desenvolve um projeto coerente com a realidade local – uns têm enfoque educativo, outros dão atenção à produção de mudas, à área recreativa infantil. Todos têm canteiros individuais e encontros comunitários. Cada jardineiro paga uma taxa anual de US\$ 25 por seu pedacinho de terra, uso de ferramentas, adubo e água e compromete-se a mantê-lo produtivo. Cultiva-se o que bem desejar: hortaliças, flores, frutas, legumes, ervas medicinais, mel de abelhas.

Na Nova Zelândia, as hortas comunitárias são levadas mais ao pé da letra: os canteiros são de todos e as pessoas se encontram para trabalhar em conjunto. Alguns promovem feiras para vender o excedente, e os ganhos vão para a caixinha do jardim, para a compra de ferramentas, sementes etc.

Na época da Segunda Guerra Mundial, San Francisco contabilizava cerca de 70 mil jardins residenciais. O movimento ficou conhecido como Victory Gardens, jardins da vitória, uma alternativa em tempos de escassez. Esse apelo

que realmente fazem sentido para quem trabalha lá.

**Horta comunitária em San Francisco**

É recorrente o cuidado ambiental na operação do negócio – organização do lixo, uso de produtos de limpeza “verdes”, prioridade para iluminação e ventilação natural –, afinal, os “donos” estão lá todos os dias e, por isso, dão importância à própria saúde e à do planeta. Eles fazem de tudo, desde limpar os banheiros até assinar cheques de pagamento. Como é um negócio que não precisa remunerar investidores e os custos não são altos, sobra dinheiro para oferecer salários melhores, e preços mais convidativos ao consumidor. E ainda fortalecem a economia local e os laços sociais entre a comunidade e os cooperados, que muitas vezes preferem morar na região.

Uma cooperativa chamou a atenção: o supermercado Rainbow Grocery Coop, em San Francisco, onde passei tardes inteiras me familiarizando com a imensa variedade de produtos, observando como os “sócios” se organizavam durante o trabalho e como atendiam os clientes. Encontrei ampla variedade de produtos a granel, com o melhor preço da cidade: cereais de todos os tipos, ervas e chás, massas, achocolatados, *snacks*, 30 tipos diferentes de farinha, grãos que vão do básico arroz integral ao andino amaranto, óleos, frutas secas, molhos, cafés **fair trade**, produtos de limpeza, cosméticos. Quase tudo orgânico e manufaturado localmente por produtores independentes!

Toda vez que o consumidor traz embalagens de casa, recebe crédito de 5 centavos de dólar em troca de cada uma, por não usar recipientes novos e reutilizar os que já tem.

### Cultivar alimento e comunidade

Foi curioso ver pessoas se agregando em comunidades, de forma voluntária e autônoma, em um ambiente que historicamente favorece o individualismo: a grande cidade. Em geral, hortas comunitárias e fazendas urbanas surgem da necessidade de se fazer uso das áreas públicas e privadas ociosas de forma mais

**Fair trade, ou comércio justo, é um movimento social que estabelece nova ética no processo comercial, ao remunerar de forma justa o produtor pelo seu trabalho, implementar práticas de produção sustentáveis e aplicar o lucro nas comunidades tradicionais. O movimento dá especial atenção às exportações de países em desenvolvimento para os desenvolvidos**

**Pequeno negócio de mudas em Waiheke, Nova Zelândia. O carro está pronto pra ir à feira local, aos sábados**



**Caixa de abelhas na Alemany Farm, em San Francisco**

empreendedores sociais, yoguis, jornalistas, *videomakers*, ativistas. São apaixonados por suas causas, têm um espírito aventureiro, estão atentos ao movimento da sustentabilidade e empenhados na construção de comunidades.

Cara Saunders, uma mulher de 32 anos nascida em Chicago, mudou-se para o extremo norte da Califórnia para cultivar ervas. Ela mora no meio das montanhas nevadas na companhia do namorado, de 20 galinhas, duas cachorras e nenhum fio de energia elétrica. É nesse lugar de ar puríssimo e beleza formidável que Cara planta, de modo sustentável, todas as ervas medicinais com que faz, artesanalmente, tinturas e pomadas, usando como base cera de abelha, óleo de oliva

e álcool de uva orgânicos. A energia do laboratório é solar e todo o processo de maceração das ervas, manual. A Bear Wallow Herbs tem cinco anos e há pouco tempo a receita com a empresa superou os custos com as despesas domésticas. O produto mais vendido é o *kit* de primeiros socorros, com sete medicamentos para os mais diversos tipos de enfermidades. Cara trabalha meio período no correio do lugarejo – o único estabelecimento comercial da localidade. É de lá que mantém suas vendas pela internet e despacha encomendas mundo afora. Também participa de feiras e festivais na região – que se estende desde a cidade de Portland até San Francisco –, onde vende seus produtos, divulga o negócio, faz contatos, revê amigos, curte um show, vai às compras e fica com saudades de casa.

E, por falar em saudade, regressei a São Paulo. Depois de ver como pessoas em algumas partes do mundo estão se organizando para transformar o lugar onde vivem, é inevitável o choque ao encarar uma megalópole tão carente de soluções desse tipo. Mas é desse encontro de diferentes que nasce uma nova percepção de quem sou e do que posso fazer pelo lugar que chamo de casa. **22**

**Em uma propriedade neozelandesa de permacultura, as galinhas ajudam com a adubação**



é atualíssimo. Um casal americano colocou na ponta do lápis quanto custa a horta que mantém no quintal. Em um ano, eles colheram 400 quilos de legumes e verduras (mais de um quilo por dia) e economizaram US\$ 2 mil ao deixar de comprar os produtos nos mercados locais. A Associação Americana de Jardinagem estima que US\$ 50 gastos em sementes podem render US\$ 1.250 por ano.

É o que a educadora Penny Vos faz em Waiheke, na Ilha do Norte da Nova Zelândia. Em parceria com o marido, ela mantém um pequeno negócio de mudas de verduras em casa, a Love Earth Plants, que comercializa na feira local, aos sábados. Penny acredita que pode incentivar mais pessoas a cultivar hortaliças com mais sabor, melhorar a saúde física e mental e ajudar a reduzir a emissão de poluentes gerada no transporte de alimentos. E também está de olho nas notícias que indicam que esse tipo de negócio aumentou 40% no ano passado, com crescimento maior em sementes de vegetais que são básicos por lá, como pimentões, tomates e ervas, e podem ser cultivados em pequenos vasos dentro dos apartamentos.

Mas nem todo mundo está disposto a ficar nas cidades. Existe um movimento de jovens entre 18 e 35 anos para virarem fazendeiros. Carregam diplomas pós-universitários, geralmente são do sexo feminino, cresceram em grandes metrópoles, e de vez em quando trabalham como educadores,

# A onde vai parar o nossa lixo?

Quando, além de navegar e descartar, viver também é preciso

POR Eduardo Shor # FOTO Bruno Bernardi

Algumas pessoas esperaram o século XXI redentor. Outras apostaram na revolução tecnológica, com o predomínio das máquinas sobre o ser humano, no planeta Terra: uma espécie de “agora, sim, desta vez é um caminho sem volta; os bytes venceram a parada”. Houve, ainda, as que mantiveram antigas promessas: “Janeiro largo o cigarro e escalo o Everest para celebrar, com a turma, os 20 anos da nossa formatura na faculdade”.

Estas pessoas mal sabiam que estavam diante de um dos começos de século mais iconoclastas em toda a História. Uma década em que, mais do que nunca, viu-se o ruir de estruturas arcaicas, que à primeira vista aparentavam ser tão sólidas. Mas eram velhas e de pouca credibilidade, como as juras de dezembro. São os anos em que as tradicionais imagens dos caciques da política ou da economia podem valer de 1 bilhão de dólares a 1 centavo, do dia para a noite. Época em que blogs e twitters funcionam como o ventilador que espalha fatos, versões e lama no mar de informações da sociedade.

A Enron, uma das maiores companhias americanas de energia, quebrou em 2001, após manipulação de balanços financeiros, entre outras fraudes. Devido às consequências da crise financeira que agitou as ondas do mercado este ano, empresas como GM e Chrysler pediram dinheiro emprestado ao presidente dos EUA, Barack Obama, e fecharam diversas fábricas, fisingando o emprego de milhares de funcionários. Investidores naufragaram e grandes bancos do país afundaram.

O Lehman Brothers, de 158 anos, perdeu US\$ 7 bilhões em nove meses e faliu. Sobrou a carcaça.

No Brasil, muito também veio à tona. O Partido dos Trabalhadores viveu uma de suas maiores crises de ética, com demissão de importantes ministros do governo Lula. Hoje, é o senador José Sarney quem vive às voltas com investigações, as quais podem provar que a reputação de um nome nem sempre é imortal. E tome lama.

## Tanto na terra como no mar

“O mar está cheio de lixo. Por ser gigantesco, acreditava-se que ele seria o único corpo d’água com capacidade de autodepuração sem limites, diferente dos rios. Atualmente, a contaminação em determinados pontos é tão grande que as águas perdem essa função. E a poluição acumula”, explica o professor Sabetai Calderoni, doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo. [1]

Para estudar os resíduos que têm chegado à superfície, nos primeiros dias de agosto um grupo de pesquisadores da Universidade de San Diego, nos EUA, resolveu encarar as marés. Divididos em duas embarcações, os membros do Projeto Kaisei alcançaram uma região do Oceano Pacífico a cerca de 2 mil quilômetros da costa da Califórnia, conhecida como Caminho do Lixo.

**TOME NOTA**  
1 Autor do livro *Os Bilhões Perdidos no Lixo*, já na 4ª edição, publicado pela Humanitas Livraria, da FFLCH/USP

Devido à ação de ventos e correntes marítimas, os detritos acumularam-se em uma área que se acredita ter duas vezes o tamanho do Texas, estado de origem do ex-presidente americano George W. Bush, com cerca de 4 milhões de toneladas de plástico. Um dos objetivos da missão é coletar objetos e estudar a massa de resíduos. No décimo dia de viagem, o grupo encontrou no mar uma boia de pesca feita de vidro, maior do que uma bola de basquete, com idade estimada entre 20 e 30 anos. Há artigos variados.

O lixo depositado nos córregos, por exemplo, vai para os rios. E os rios desembocam no mar. “A quantidade de lixo que passou a ser gerada pelo padrão de consumo disseminado mundo afora é enorme, ainda mais com uso intensivo de embalagens descartáveis”, ressalta Calderoni.

Ele explica que o lixo é prejudicial de todas as formas. Mesmo nos aterros mais bem preparados, o chorume escorre, entra no lençol freático e alcança rios e mares. Às vezes, ao longo dos anos, é uma fissura que causa o vazamento do chorume e o líquido acaba contaminando a água. Uma das soluções para amenizar o problema é a criação das centrais de reciclagem. Isso, claro, como último recurso: antes de se pensar em reciclar, é preciso repensar o consumo, reduzir e reutilizar os materiais.

O Caminho do Lixo, também conhecido pela intragável expressão “Sopa de Plástico”, foi descoberto pelo oceanógrafo Charles Moore em uma competição de barco a vela entre Los Angeles e o Havaí, em 1997. O Projeto Kaisei vai estudar também formas de promover uma limpeza no local e transformar o plástico em combustível.

Em um local banhado por outros mares, na Europa, algumas medidas têm sido tomadas, tendo em vista um modelo mais sustentável.

O professor conta que as fábricas de automóvel europeias tornaram-se responsáveis pelo recolhimento das carcaças dos carros. Assim, elas acabaram mudando o próprio processo produtivo, para facilitar o reaproveitamento de materiais descartados com o veículo. Na Suíça, especificamente, como o consumidor passou a pagar pela quantidade de lixo descartada em casa, as pessoas começaram a deixar as caixas dos produtos no próprio supermercado. Por sua vez, os supermercados pressionaram a indústria para que fossem produzidas embalagens mais adequadas e em menor volume.

No século da simultaneidade, do *on-line*, do desgaste precoce, da fama meteórica das personalidades, do excesso, do desmoronamento de tradições, do quebrar de reputações, da multiplicidade de conteúdos, da renovação constante e da rápida descartabilidade de tudo isso, a necessidade de aprender a lidar com o que ficou antigo ou inutilizado também é urgente.

“O Brasil gera US\$ 2 bilhões por ano com a reciclagem do lixo domiciliar, embora tenhamos capacidade de alcançar algo em torno de US\$ 10 bilhões. Isso poderia se traduzir em melhor infraestrutura e qualidade de vida para a população”, acredita Calderoni, sem considerar números do lixo industrial, entulho, entre outras tantas sujeiras que assolam o País. [2]

## A hora dos emergentes

Antes refratários a metas, Brasil e China sinalizam que levarão a Copenhague **propostas objetivas** para desacelerar suas emissões



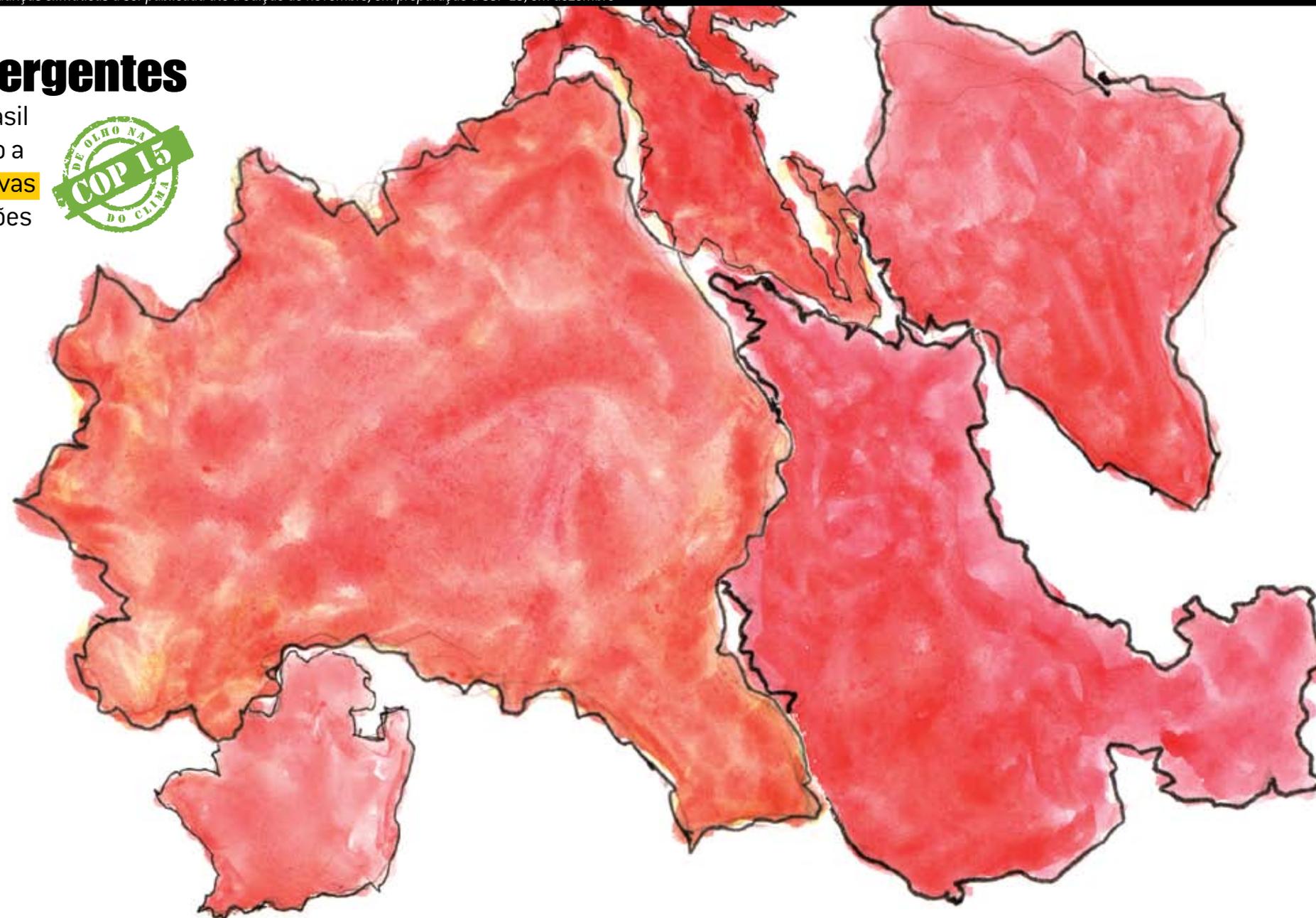
Números publicados no final de junho pela Agência de Avaliação Ambiental da Holanda (PBL, na sigla em holandês) comprovam que houve uma inversão de papéis entre países ricos e em desenvolvimento no perfil das emissões de CO<sub>2</sub>. Impulsionadas especialmente por China, Índia, Tigres Asiáticos e Brasil, as emissões dos países em desenvolvimento somaram 15,9 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> em 2008, ou metade do total lançado na atmosfera. Em 1990, ano que serve como parâmetro para os cortes de emissões nos países ricos, as economias em desenvolvimento liberaram 6,7 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, que na ocasião representavam 30% das emissões totais. Já a participação dos países ricos nas emissões globais declinou de 46% em 1990 para 36% no ano passado (11,3 bilhões de toneladas). [1]

### TOME NOTA

1 A soma não é igual a 100% porque os números não incluem Rússia e economias em transição do Leste Europeu e emissões do transporte internacional. Confira os dados na publicação Global CO<sub>2</sub> emissions: annual increase halved in 2008, acessando [www.pbl.nl/en](http://www.pbl.nl/en).

Como não incluem desmatamento, agropecuária e aterros sanitários e lixões, os dados da PBL são conservadores e, portanto, ainda mais alarmantes, visto que essas três áreas possuem peso significativo e às vezes até majoritário no quadro de emissões dos países pobres. Os números da PBL reforçam os argumentos da corrente favorável à inclusão de uma meta global de redução nas emissões até 2050, que seria de 50% sobre 1990, segundo opiniões de cientistas, ONGs e segmentos do empresariado. Entende-se que só assim será possível conter o aumento na temperatura da Terra abaixo dos 2 graus até 2100.

Embora recalitrantes em aceitar a meta global, economias emergentes como Brasil



e China mudaram de posição e já sinalizam favoravelmente à proposta da União Europeia para que desacelerem o crescimento na curva de suas emissões. Isto é, como a demanda por crescimento é grande nos países em desenvolvimento, repletos de carências sociais e desequilíbrios regionais, eles poderiam continuar aumentando suas emissões de carbono por algum tempo, mas sob patamar inferior ao que se projeta atualmente. Para isso, é claro, será necessário investir em tecnologias limpas nas áreas de

energia, habitação, transporte, agricultura e resíduos sólidos, sem contar os programas de conservação e diminuição no desmatamento das florestas tropicais.

Dos seis grandes emissores do bloco dos emergentes – China, Brasil, México, África do Sul, Indonésia e Índia, os dois últimos são os mais resistentes a um acordo em Copenhague que inclua ao menos o compromisso das economias emergentes que figuram entre os 20 maiores emissores de diminuir o ritmo de crescimento nas emissões futuras. Mesmo

que a resistência seja vencida até dezembro, quando acontece a COP 15, ainda assim restará um caminho árduo nos próximos dois anos para definir três aspectos: quando o país iniciará a desaceleração na curva de emissões (o Brasil sugere que no seu caso valerá para o período de 2013 a 2020); qual será o tamanho desse desvio na tendência de crescimento; e em que momento as emissões atingirão seu pico para em seguida começar a declinar.

O Brasil, por exemplo, terá dificuldade

para tomar essa decisão, visto que, após completar sua missão de diminuir o desmatamento a quase zero, precisará investir no “esverdeamento” de sua matriz energética, que já possui elevada participação de fontes renováveis, de cerca de 45% do total. “Temos uma margem muito grande para melhorar a eficiência energética e reduzir as emissões, racionalizando o sistema de transporte”, observa Eduardo Viola, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

## O dragão chinês se move

Desde 2005 maior emissora de carbono proveniente da queima de combustíveis fósseis, a China é a que está mudando de posição mais rapidamente, embora suas autoridades guardem a sete chaves os detalhes da proposta que o país levará a Copenhague. Até pouco tempo atrás, os chineses rejeitavam de maneira peremptória assumir metas de redução nas suas emissões. Alegavam que suas emissões *per capita* eram muito baixas em comparação com as dos países ricos. Contudo, as autoridades chinesas vêm se mostrando mais abertas a discutir compromissos de redução e já admitem estabelecer o pico das emissões em 2050, iniciando trajetória de queda a partir desse ano.

É possível que o pico seja situado bem atrás, como sugere Deborah Seligsohn, principal assessora na China do programa de clima do World Resources Institute (WRI), sediado em Washington, nos EUA. “Há um crescente consenso na comunidade de especialistas em energia da China de que as emissões poderiam começar a declinar entre 2030 e 2035. É o que começa a ser discutido por aqui.” As emissões chinesas de fontes fósseis triplicaram entre 1990 e 2008, quando atingiram 7,6 bilhões de toneladas, de acordo com a PBL, da Holanda.

Viola lembra que o governo chinês percebe cada vez mais o risco climático nas zonas costeiras, nas grandes cidades, nas terras baixas e na retração das geleiras do Himalaia. “A China sabe estar muito mais ameaçada pelas mudanças climáticas e muito mais vulnerável que os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão.” Não é à toa que o governo chinês vem investindo pesadamente no desenvolvimento de energias renováveis e na instalação de usinas nucleares. Segundo Deborah Seligsohn, nos últimos três anos, o governo aumentou em cinco vezes sua meta para a expansão dos parques eólicos, não para de aumentar os investimentos em placas solares e planeja duplicar a geração de energia nuclear (que não emite carbono, embora seja criticada por ambientalistas em razão de problemas de segurança e do lixo atômico).



“A China progrediu muito nesse tema do clima e hoje conhece bem as vantagens econômicas de reduzir sua intensidade de energia e ampliar a diversidade de fontes que usa”, assinala a assessora do WRI. Mais que monitorar a intensidade energética, a China deverá incluir no seu próximo plano quinquenal, o 12º desde o início do regime comunista em 1949, metas para diminuir a intensidade carbônica de sua economia (quantidade de carbono emitido por dólar de atividade econômica).

## Resistência a metas

Mesmo que seja aprovada uma meta global para cortar pela metade as emissões até 2050, metas de médio prazo serão cruciais para o funcionamento do futuro regime climático. Levando-se em conta as reticências de grandes emissores do mundo em desenvolvimento, somente se vislumbra sucesso nessas negociações se as metas de médio prazo forem estudadas caso a caso, conforme o perfil das emissões de cada país e de seu estágio de desenvolvimento. Nesse sentido, convencer a Índia a aderir a um

acordo será uma das mais penosas tarefas, tanto para seus parceiros no G-77 quanto para os negociadores dos países ricos. O governo indiano continua insistindo que suas

emissões *per capita* são muito baixas (pouco menos de 2 toneladas), quase 13 vezes inferiores às dos Estados Unidos, pretexto que usa para se opor à inserção do país em

## BRASIL REGISTRARÁ COMPROMISSO NA ONU

**S**urtiu efeito a pressão de ONGs, intelectuais, empresários e do próprio Ministério do Meio Ambiente para que o governo brasileiro apresente na COP 15 uma meta de redução na curva de crescimento das suas emissões de gases de efeito estufa. Seus detalhes ainda estão sendo estudados por diferentes ministérios, mas o Itamaraty assegura que a meta será mensurável, reportável e verificável, critérios previstos na proposta de Ação Nacional Apropriada de Mitigação (Nama) em discussão nas rodadas preparatórias à conferência do clima de Copenhague.

“O compromisso será passível de auditoria por entidades internacionais, pois estará registrado na Convenção do Clima. Se a meta registrada não for cumprida, o país estará sujeito a eventuais sanções do regime climático pós-2012”, disse, à PÁGINA22, Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe de clima do Brasil.

Em uma mudança de 180º na posição defendida na conferência de Bali, o Itamaraty também já se mostra aberto ao uso de instrumentos de mercado no mecanismo de Redd, que poderão incluir até créditos de carbono para abater parte das metas de redução de gases-estufa dos países ricos. “Nesse caso, porém, precisamos ter cautela com a integridade ambiental do regime internacional do clima. Em florestas, o uso de mecanismos compensatórios tem de ser limitado. Não aceitaremos que os países desenvolvidos comprem créditos que os isentem de cumprir suas metas”, afirma o embaixador Sérgio Serra.

um acordo de redução nas emissões.

Não é uma equação fácil de resolver. Segundo país mais populoso do planeta, com 1,15 bilhão de habitantes, e renda *per capita* baixa, em torno de US\$ 2.000 (24 vezes menos que a dos estadunidenses), a Índia joga para as costas dos países desenvolvidos a responsabilidade pelo corte nas emissões de carbono. “A Índia sabe que precisa reduzir sua curva de emissões, mas também sabe que não pode ser tratada como China e Brasil, que são países de renda *per capita* média”, pondera Viola. O problema é que as emissões indianas vêm crescendo a taxas anuais próximas de 10% (já se aproximam dos 2 bilhões de toneladas) e deverão quadruplicar nos próximos 20 anos, caso o governo não implemente medidas mais agressivas para limpar a matriz energética, muito dependente de carvão e petróleo.

Há ainda outro nó complicado a desatar na negociação com a Indonésia, onde as emissões também crescem a taxas próximas dos 10% ao ano. “Uma mudança da posição da Indonésia nas negociações internacionais dependerá da existência de um pacote de

assistência significativo por parte dos países desenvolvidos”, observa o professor da UnB. O principal fator de emissões nesse país do Sudeste Asiático é o desmatamento de suas florestas tropicais, motivado pelo cultivo de dendê, destinado sobretudo à indústria de óleos vegetais e à produção de biodiesel.

Com uma população de quase 240 milhões de habitantes vivendo em um território de 1,9 milhão de quilômetros quadrados, menos de um quarto da área do Brasil, a pressão demográfica por terra na Indonésia é intensa, o que aumenta bastante o custo para combater o desmatamento. Por razões óbvias, o país também tem interesse direto no mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), que deverá integrar o novo regime climático, provendo dinheiro aos países que diminuam o desflorestamento por meio de fundos públicos e instrumentos de mercado tais como créditos de carbono.

Diante da nova posição brasileira e da abertura da China a discutir metas, Viola prevê que haja uma fratura no G-77. Brasil e China devem se alinhar aos EUA, União

Europeia, Japão, México e Coreia do Sul contra a resistência de Índia, Indonésia e Rússia. No cenário desenhado por Viola, a maior parte das economias emergentes aceitará a proposta de conter o crescimento de suas emissões, em troca de metas de corte mais robustas nos países ricos e ajuda financeira e tecnológica para limpar sua matriz energética e combater o desmatamento.

O embaixador extraordinário para mudança do clima, Sérgio Serra, ainda acha vantajoso integrar o G-77. “Se o Brasil se afastar desse grupo, vai perder poder de barganha. O que o Brasil vai tentar é puxar os países do G-77 para uma posição mais construtiva, com ações mais ambiciosas no tema das emissões.” Até o início da COP 15, a diplomacia brasileira mais uma vez desempenhará seu tradicional papel moderador, tentando costurar pontes entre os países ricos e os pobres para impedir um naufrágio do ainda distante acordo que se almeja no reino da Dinamarca em dezembro. [LZA](#)

José Alberto Gonçalves é jornalista

## A ação dos homens nas entrelinhas



No campo de Treblinka, na Polônia, 70 anos após o início da Segunda Guerra Mundial, o que mais choca é o que não existe

Área do antigo campo de concentração de Treblinka, na Polônia, nada mais é, hoje, do que uma vasta região verde. Em Auschwitz, a algumas horas dali, boa parte da infraestrutura da máquina de destruição nazista permaneceu intacta. As cercas de arame farpado, os alojamentos dos prisioneiros, os postos de patrulha dos soldados, a parede de fuzilamento, a grade das prisões.

Mas, em meio às altas árvores e aos voos dos pássaros de Treblinka, não sobrou um resquício sequer de crueldade. Apenas a estranha sensação de pisar um local onde foram mortas mais de 800 mil pessoas, em, aproximadamente, dois anos. E perceber isso talvez já seja mais pesado do que olhar qualquer ruína.

A história de Treblinka sempre doeu mais na carne do que nos olhos. Franz Stangl, comandante do campo entre agosto de 1942 e o mesmo mês de 1943, transformou a estação de trem que recebia os prisioneiros em cenário de conto de fadas, para mascarar o destino das pessoas. Pintou as plataformas, colocou placas bem elaboradas, enfeitou o local com flores e mandou instalar um relógio. Os ponteiros marcavam sempre 3 horas.

É bem possível que não existam tempo e massacre tão bem documentados na história do planeta do que os dos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial. São cerca de 60

Somente o Museu do Holocausto de Washington reúne mais de 12 mil objetos da época da guerra, 49 milhões de páginas de documentos e mil horas de filme. A biblioteca da instituição abriga 84 mil itens, em 55 idiomas

museus em todo o mundo, nos EUA, Japão, África do Sul, Holanda, Alemanha, entre outros países.

Treblinka, por sua vez, é hoje a leitura das ações do homem em suas entrelinhas. Quem visita o lugar precisa de um pouco mais de atenção para se dar conta de onde está.

Na falta da estrutura do campo de concentração em si, deve interpretar o grande volume de história presente na escassez de informações disponíveis. O campo é agora um espaço em branco, para repensar conceitos, ética, valorização ou desvalorização humana. A pausa. O que mais choca é o que não existe. E a maneira sutil de mesmo o que é destruído permanecer incômodo e intacto.

Ironicamente, a devastação promovida pelos nazistas foi em algum sentido mais inclusiva do que sonham ser muitas instituições democráticas. Tiveram direito à morte ricos e pobres, homens e mulheres, velhos e crianças, letrados e analfabetos, moradores dos subúrbios e os dos grandes centros urbanos. Até Treblinka foram transportados cidadãos das mais diversas origens e idiomas. Grupos da Grécia, Macedônia, Alemanha, Áustria, França, Eslováquia, Polônia. Populações de ciganos e judeus.

O campo foi destruído pelo Exército alemão, quando o ditador Adolf Hitler avaliou que perderia a guerra. O interesse era apagar

provas de genocídio. Quem chega à área do campo não tem uma visão muito diferente da de uma reserva ecológica ou de um jardim botânico. Aos olhos do século XXI, pode parecer uma área de preservação ambiental, como é um terço do território polonês, de acordo com dados da Câmara de Comércio Brasil-Polônia.

Mas, com uma instalação de 17 mil pedras distribuídas em uma grande área, em homenagem às vítimas e suas nações de origem, Treblinka é fruto de outro tipo de natureza. No começo de 1943, temendo o desmantelamento do campo e a matança generalizada, os prisioneiros organizaram uma revolta. No entanto, acabaram descobertos antes que pudessem escapar dos limites do campo. Mais de 300 venceram as cercas, no entanto, destes, em torno de 200 foram recapturados e mortos.

A insustentabilidade da nossa civilização não começou nem se encerrou em Auschwitz ou Treblinka.

Em muitas regiões ainda há seres humanos que, em graus variados, investem na desvalorização da vida, na desigualdade, na indiferença, na corrupção, no abuso. Setenta anos depois do setembro em que a Alemanha invadiu a Polônia, e teve início uma das piores guerras testemunhadas pelos povos, o que as sociedades e as pessoas aprenderam com tudo isso?

Quanto a este aspecto, a Polónia é um dos países europeus mais bem posicionados. Entre 1990 e 2003, a superfície dos parques nacionais aumentou em 90%, e a das florestas protegidas, em 20%

A 1ª AGÊNCIA TRIPLE BOTTOM LINE DO BRASIL

**AGÊNCIA TBL**  
MARKETING SUSTENTÁVEL

GRUPO ECO

Conheça mais em [www.grupoeco.com.br](http://www.grupoeco.com.br)

Ativos da biodiversidade brasileira com Responsabilidade Socioambiental para a indústria cosmética.

**BERACA**

[beraca.com](http://beraca.com)

Integrando a Sustentabilidade às ações de Marketing nas empresas

**Brindes Sustentáveis**

[www.redetekoha.com.br/brindes](http://www.redetekoha.com.br/brindes)  
tel: 11.30327789

VARIEDADE EM MADEIRAS SEM PREJUDICAR A NATUREZA.

**eco Leo**

A 1ª REVENDA DE MADEIRA CERTIFICADA DA AMÉRICA LATINA

R. Ferreira Araújo, 980 - Pinheiros - SP - Tel: (11) 3812-3422  
R. Frei Caneca, 117 - Centro - RJ - Tel: (21) 2221-0777  
[www.ecoleo.com.br](http://www.ecoleo.com.br)

Convide a Sustentabilidade a fazer parte de seus eventos

**cacaui**

[www.cacaui.com.br](http://www.cacaui.com.br)  
Tel: +55 11 2503-4376

**Interface FLOR**  
Carpets Modulares

designs que respeitam o futuro de maneira sustentável

Mission Zero:  
Nossa promessa de eliminar todo impacto negativo que nossa empresa possa causar ao meio ambiente até o ano 2020.

[www.interfaceflor.com.br](http://www.interfaceflor.com.br)

Óleos e extratos da biodiversidade brasileira

FSC  
ECO CERT

**atina**  
ativos naturais

11 3063.0282  
[www.atina.com.br](http://www.atina.com.br)

- Única empresa do mundo com certificação FSC e Ecocert para Bisabolol Natural de candeia.
- Equipamentos de alta performance para produção de óleos essenciais e extratos vegetais.

OS PRODUTOS OU SERVIÇOS DE SUA EMPRESA CONTRIBUEM PARA A SUSTENTABILIDADE? ENTÃO

**ANUNCIE AQUI!**

Ligue (11) 3284-0754 ou contate [pagina22@fgv.br](mailto:pagina22@fgv.br) e informe-se sobre preços e condições acessíveis de pagamento (falar com Bel Brunharo)



## Contagem invertida

Um caminhão de combate a incêndios dirige, ininterruptamente, em círculos, com a mangueira de água apontada para o centro, uma espécie de fonte invertida. Uma pá escavadeira percorre um trajeto na forma de um símbolo de infinito, transportando terra de um lado para o outro, uma espécie de ampulheta gigante que nunca para de girar. Os vídeos *Fonte 193* e *475 Volver*, da artista plástica brasileira Cinthia Marcelle, sublinham palavras de emergência.

Fonte e ampulheta, objetos sistematizados por fluxos contínuos de água e areia. Símbolos do tempo, de uma civilização que transita entre razão e barbárie. Água que irriga um solo destruído – sabemos que nada vai brotar. Terra que é deslocada, inutilmente, de um canto a outro – sabemos que nada mais ficará de pé. Forçando as fronteiras do imaginário, a artista inverte os sentidos, toma de assalto o desconhecido: uma prática de reinvenção do mundo. [vz](#)



Quando a gente evita que uma árvore seja derrubada para virar papel, estamos ajudando a preservar nossa mata nativa.

21 de setembro.  
Dia da Árvore.  
Esse dia faz a diferença.

Nos últimos dois anos, o Programa Nacional de Racionalização de Impressão (PRONARI), do Banco do Brasil, evitou a derrubada de mais de 16 mil árvores. Medidas simples como, por exemplo, impressões frente e verso, conseguiram economizar 421 toneladas de papel.

Paulo Quirino

Leticia, filha da funcionária BB Kátia Mesquita - RJ.  
Maria Clara, filha da funcionária BB Bianca de Campos - RJ.

## BANCO DA SUSTENTABILIDADE

Central de Atendimento BB 4004 0001 ou 0800 729 0001  
SAC 0800 729 0722 - Ouvidoria BB 0800 729 5678 - Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 729 0088 - ou conecte bb.com.br

**Pensar grande é fazer  
o melhor banco para você.  
Itaú. Eleito mais uma vez  
o melhor banco brasileiro  
pela revista Euromoney.**

**Itaú** feito  
para  
você



Todos os anos, a revista Euromoney premia as melhores instituições financeiras do mundo, nas categorias globais e regionais, com o Euromoney Awards for Excellence. A escolha dos vencedores é feita com base na rentabilidade, performance, inovação e qualidade dos serviços prestados a seus clientes. Pela 11ª vez, a revista Euromoney elegeu o Itaú como o melhor banco brasileiro. Esse reconhecimento reforça ainda mais nosso compromisso de fazer um banco cada vez melhor, mais feito para você, para a sociedade e para um Brasil que pensa grande.